



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

INSTITUCIONAL - PPPI

Recife, 2012

Presidente da República Federativa do Brasil

Dilma Rousseff

Ministro de Estado da Educação

Aloizio Mercadante

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marco Antonio de Oliveira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Reitora

Prof^a. Cláudia da Silva Santos

Chefe de Gabinete

Rineide Gonçalves de Andrade

Pró-Reitoria de Ensino

Prof^a. Edilene Rocha Guimarães

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Prof^a. Anália Keila Rodrigues Ribeiro

Pró-Reitoria de Extensão

Prof^a. Cristiane Maria Pereira Conde

Pró-Reitoria de Administração

Prof^a. Maria José Amaral Moraes

**Pró-Reitoria de Desenvolvimento
Institucional**

Prof. Iran José Oliveira da Silva

Direção-Geral dos Campi

Campus Afogados da Ingazeira

Prof. Marco Antônio Maciel

Campus Barreiros

Prof. Jorge Nascimento de Carvalho

Campus Belo Jardim

Prof. Geraldo Vieira da Costa

Campus Caruaru

Sr. George Alberto Gaudêncio de Melo

Campus Ipojuca

Prof. Enio Camilo de Lima

Campus Garanhuns

Prof. José Carlos de Sá Junior

Campus Pesqueira

Prof. Mário Antônio Alves Monteiro

Campus Recife

Prof. Valbérico Albuquerque Cardoso

Campus Vitória de Santo Antão

Prof. Sérgio Paulo D'Oleron Barreto

**Comissão para Finalização do Documento referente
ao Projeto Político Pedagógico Institucional
Portaria nº 449/2010-GR**

Reitoria

Emely Albuquerque de Souza (PRODEN)
Josenilde Bezerra Gaspar (PRODEN)
Roberto Oliveira Batista Júnior (PRODEN)

Campus Barreiros

Cristiane Maria Pereira Conde
Fátima Cristina R. de F. Gonçalves
Fernanda Maria Lira de Menezes

Campus Belo Jardim

Paulo Henrique Marques de Queiroz
Guedes
Rosa Maria Oliveira Teixeira de
Vasconcelos

Campus Caruaru

Kalina Cúrie Tenório Fernandes Rêgo
Barros
Cíntia Valéria Batista Pereira
Rodrigo Fernandez Pinto

Campus Garanhuns

Márcia Girlene e Silva

Campus Ipojuca

Ulisses César Teixeira da Costa
Maria Isailma Barros Pereira

Campus Pesqueira

Mário Antônio Alves Monteiro
Kelderlange Bezerra Alves

Campus Recife

Hercilene da Siva Santos
Roseilda Santos Patriota Queiroz

Campus Vitória de Santo Antão

João Pereira da Silva Filho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
1. INTRODUÇÃO.....	08
2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	11
2.1. <i>CAMPUS</i> RECIFE	11
2.2. <i>CAMPUS</i> BARREIROS	12
2.3. <i>CAMPUS</i> VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	13
2.4. <i>CAMPUS</i> BELO JARDIM.....	15
2.5. <i>CAMPUS</i> PESQUEIRA	17
2.6. <i>CAMPUS</i> IPOJUCA	20
2.7. CAMPI CARUARU, GARANHUNS E AFOGADOS DA INGAZEIRA	22
3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	27
4. ÂMBITO DE ATUAÇÃO.....	30
5. A OPERACIONALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PPPI: METODOLOGIA PARTICIPATIVA.....	31
6. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS.....	34
7. FUNÇÃO SOCIAL.....	36
8. PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	36
8.1 PROPOSTAS E AÇÕES.....	37
9. A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	38
9.1 PROPOSTAS E AÇÕES.....	42
9.1.1. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DO IFPE	43
9.1.2. PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO	44
9.1.3. PROGRAMA DE GESTÃO COMPARTILHADA	44
9.1.4. PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	45

9.1.5. PROGRAMA DE INCLUSÃO, DIVERSIDADE E CIDADANIA	46
9.1.6. PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO ENTRE SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E TRABALHO	47
10. O SISTEMA DE GESTÃO.....	47
10.1 PROPOSTAS E AÇÕES.....	49
11. UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	52
11.1 PROPOSTAS E AÇÕES.....	55
12. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	58
12.1 PROPOSTAS E AÇÕES.....	60
12.1.1. PERFIL IDENTITÁRIO PARA OS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	61
12.1.2. PERFIL IDENTITÁRIO PARA OS DOCENTES.....	63
13. CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO.....	66
13.1. PROPOSTAS E AÇÕES.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
ANEXOS	86
Portaria nº 449/2011 – GR.....	87
ANEXO Portaria nº 449/2011 – GR.....	88
Portaria nº 518/2012 – GR.....	89
Portaria nº 1265/2010 – GR.....	90
ANEXO Portaria nº 1265/2010 – GR.....	91
Portaria nº 366/2011 – GR.....	92
Portaria nº 1428/2010 – GR.....	93
Portaria nº 258/2010 – GR.....	94
Portaria nº 420/2009 – GR.....	95

APRESENTAÇÃO

Com carinho e satisfação, entregamos à Comunidade Acadêmica do Instituto Federal de Pernambuco, o seu PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional. Este documento estabelece políticas para o nosso fazer acadêmico, norteando as ações educacionais, com vistas à consolidação da Missão institucional e do fortalecimento das dimensões do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Gestado de forma democrática e participativa, vem somar-se aos demais documentos norteadores da gestão educacional: Plano de Desenvolvimento Institucional, Termo de Metas, Plano de Ação, demandas emanadas pela SETEC/MEC, em sintonia com as políticas públicas do Governo Federal e as da própria Instituição.

Trata-se de um documento vivo, orgânico, inserido em uma realidade dinâmica, portanto, espaço de construção, reconstrução e compartilhamento de valores e práticas. Pautando-se, desde o nascedouro, pela revisão constante e necessidade em ser revisitado, por todos nós, permanentemente. Essa é a essência de sua elaboração e a tessitura de sua vivência no cotidiano de nossas práticas.

O PPPI representa um trabalho de reflexão conjunta sobre planos de trabalho, execuções, problemas e soluções relacionados à aprendizagem dos estudantes e ao funcionamento da Instituição. Apresentamos, neste importante documento, um diagnóstico que permite identificarmos nossas possibilidades de ação, e isso é liberdade.

Configura-se, ainda, em apontar transformações alicerçadas em aspectos pedagógicos, cultural, tecnológico e metodológico, na perspectiva de constituir-se efetivamente em um documento promotor de uma Educação democrática, de qualidade e afetiva. Educação essa promotora da emancipação humana, cuja dinâmica social seja considerada e esteja presente na formação dos nossos educadores e em sintonia com o tecido social em que estamos inseridos. Para tanto, tivemos uma equipe multidisciplinar, com atuação transdisciplinar, na feitura deste Projeto Político Pedagógico Institucional.

Cláudia da Silva Santos

1. INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, muitos foram e ainda são os movimentos em defesa da conquista e garantia da democracia e dos direitos humanos. Sair das amarras imperialistas e totalitárias de modelos ditatoriais para modelos em que o coletivo prevaleça requer o embate de forças pelo poder com foco no direito coletivo, em busca da garantia de participação nas escolhas e decisões a serem tomadas em torno da vida privada, social e planetária.

Sendo assim, os embates que ocorrem na sociedade também acontecem no âmbito educacional. A luta pelo poder, os conflitos de ideias, as diferentes possibilidades de caminhos a serem tomados não ficam fora das instituições educacionais, sejam elas escolas, faculdades, institutos, centros de educação, universidades e outros espaços de formação.

A luta pelo direito de participar dos processos decisórios também nas instituições educacionais tem permitido uma mudança de paradigma, no sentido de que cada casa de educação possa construir seu projeto pedagógico coletivamente, buscando envolver todos os que fazem a comunidade escolar, não se submetendo a projetos pré-estabelecidos.

Nesse sentido, as instituições educacionais passam da condição de subalternas a um regime totalitário, opressor e ditador para vivenciar um processo democrático na construção de sua própria autonomia política, administrativa e pedagógica.

No Brasil, por força do princípio da gestão democrática, garantido na Constituição de 1988, as escolas devem definir sua identidade, seu rumo, assim como que tipo de ser humano, de sociedade e de mundo desejam. É por esse caminho que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 12, inciso I, prevê o processo do pensar, planejar e administrar as instituições de educação através da reflexão-construção-ação do fazer e viver o Projeto Político Pedagógico – PPP em toda a rede de educação pública e privada do país.

O PPP é a expressão da identidade institucional. Nele, os atores sociais, partícipes do processo de reconstrução das práticas sociais cotidianas, devem realizar conjuntamente a leitura da realidade em que estão imersos, definir sua filosofia educacional, a concepção de pessoa, de sociedade, currículo, planejamento, avaliação e outras concepções e princípios que devem nortear o cotidiano da instituição.

Por sua relevância, o PPP se configura num documento que todos os membros da comunidade escolar devem consultar como referência para a tomada de decisões. Mais do que um documento, esse projeto se evidencia, efetivamente, quando posto em prática através de ações político-pedagógicas.

A União, em resposta aos anseios da sociedade civil organizada, encampou o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação no Brasil, possibilitando a formação dos Institutos Federais de Educação – IFEs a partir da adesão voluntária dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Federais vinculadas às Universidades ao novo modelo de educação profissional proposto no Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007.

Nesse sentido, as instituições que optassem por participar desse novo modelo deveriam apresentar termo de aprovação por sua instância máxima superior, assim como o Projeto Político Pedagógico – PPP e o Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI, especificando as condições atuais da instituição, a perspectiva de desenvolvimento e os meios para a efetivação do que ficou definido no PPP. O modelo proposto teve a adesão esperada: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Entre eles, figurava o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, que, para poder funcionar de acordo com os trâmites legais, também teria que apresentar seu PPP e PDI, conforme o estabelecido no decreto.

O IFPE, funcionando a princípio com seis *campi*, deflagrou o processo de construção do seu PDI. Em seguida, começaram os trabalhos relativos ao PPPI, a partir da constituição de Comissões de Coordenação Geral e Comissões Locais, para cumprimento das exigências legais a sua institucionalidade. Contudo, mesmo antes de constituído o IFPE, existiram processos de luta pela construção do PPP em algumas das instituições antes da adesão ao modelo de instituto.

O presente trabalho é o documento final do PPP, elaborado inicialmente com a participação direta de representantes dos seis *campi* (Recife, Barreiros, Vitória de Santo Antão, Belo Jardim, Pesqueira e Ipojuca) que compunham o Instituto. Posteriormente, contou-se com a colaboração de representantes dos recém-criados *campi* de Caruaru e Garanhuns.

O Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFPE está assim estruturado: 1- Histórico da instituição; 2- Área de abrangência; 3- Âmbito de atuação; 4- A operacionalização da construção do PPPI: metodologia participativa; 5- Princípios

pedagógicos; 6- Função social; 7- Proposta pedagógica; 8- A organização institucional; 9- O sistema de gestão; 10- Universalização da educação básica e a democratização do ensino superior; 11- Formação e valorização dos profissionais da educação; 12- Concepções de currículo.

As considerações finais apresentam a avaliação do processo de construção do PPPI, propostas para possíveis reformulações e os limites do projeto. Ao mesmo tempo, evidenciarão o caráter inconcluso deste processo, dada sua complexidade e amplitude.

Tais considerações têm como objetivo ressaltar os caminhos possíveis para a construção de um projeto político-pedagógico ao mesmo tempo que a Comissão de Finalização do PPPI faz suas sugestões e recomendações necessárias a um novo processo de revisão, reelaboração e reconstrução. Entende-se que só através do diálogo, da democracia, da unidade em busca de alcançar os objetivos comuns e do embate de ideias pode-se sentir pertencente a um processo coletivo de decisões.

2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Objetivando estabelecer uma estrutura mais abrangente, voltada para o atendimento das demandas sociais e educacionais no estado de Pernambuco, foi criado – a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica –, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, constituído atualmente por nove *campi*, a saber: as unidades do antigo CEFET-PE (Recife, Ipojuca e Pesqueira); as antigas Escolas Agrotécnicas Federais (Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão) e; os *campi* de Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, criados em 2010.

2.1. Campus Recife:

Dentre as unidades que compõem atualmente o IFPE, o *campus* Recife é aquela que tem história mais longa. Criado em 23 de setembro de 1909, pelo então Presidente da República Nilo Peçanha – Decreto nº 7.566 –, nasceu com o nome de **Escola de Aprendizes Artífices**¹, com o objetivo de ministrar o ensino profissional primário e gratuito, tendo por foco a formação de operários e contramestres².

As **Escolas de Aprendizes Artífices** foram reformuladas em 1918 – Decreto nº 13.064, de 12 de junho –, conservando, contudo, seu projeto original de caráter social, voltado para um público com poucas oportunidades. Em 1937 – Lei nº 378, de 13 de janeiro –, essas escolas passaram a ser denominadas **Liceus Industriais**. A Lei Orgânica do Ensino Industrial – Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 – modificou radicalmente as antigas **Escolas de Aprendizes Artífices**, que, a partir de então, passaram a oferecer ensino secundário (hoje denominado de ensino médio) e, aos poucos, foram se reconfigurando como instituições abertas a todas as classes sociais. Assim, a partir de 1942, o ensino industrial abrangia concomitantemente dois ciclos: o básico e o técnico³.

Outra modificação importante ocorreu no ano de 1959 – Lei nº 3.552 –, com a ampliação das estruturas do ensino profissional industrial. Posteriormente, a Lei de

1 Contudo, vale destacar que mesmo antes desse período, entre 1840 a 1859, foram criadas, em 10 províncias brasileiras, as **Casas de Educandos e Artífices**, voltadas para crianças e adolescentes que moravam na rua.

2 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE (2009-2013), p. 17. A escola iniciou suas atividades em 16 de fevereiro de 1910. O curso era oferecido sob o regime de externato, funcionando das 10 às 16 horas.

3 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE (2009-2013), p. 17 - 20.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – e a de Expansão e Melhoria do Ensino – Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 – também reformularam o ensino profissional no Brasil⁴. Nesse sentido, com as mudanças supracitadas, o atual *campus* Recife do IFPE recebeu as denominações sucessivas de **Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de Pernambuco, Escola de Ensino Industrial do Recife, Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco** – ETFPE (à época da última denominação, contava com as unidades descentralizadas de Petrolina e Pesqueira⁵).

Em 1999 – através do Decreto s/n de 18/01/1999 –, a ETFPE recebe a denominação de **Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco** (CEFET-PE), ampliando seu portfólio de cursos, podendo também atuar na Educação Superior (cursos de formação de tecnólogos, licenciaturas, pós-graduação *lato e stricto sensu*).

No processo de transformação da ETFPE para o CEFET-PE, a UNED Petrolina, em fusão com a Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela – EAFDABV (Decreto Presidencial de 26 de novembro de 1999), passou a compor o CEFET Petrolina. A UNED Pesqueira, no Agreste Central – Portaria Ministerial nº 1.533, de 19/10/1992 –, bem como a UNED Ipojuca – Portaria Ministerial nº 851, de 03/09/2007 –, na Região Metropolitana do Recife, passaram a compor, junto com a UNED Recife, o CEFET-PE.

A constituição histórica do IFPE se deu igualmente com a integração das escolas agrotécnicas federais de Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão ao CEFET-PE (Recife, Pesqueira e Ipojuca).

2.2. Campus Barreiros:

A história do atual *campus* Barreiros do IFPE começou em 1923, quando o então Presidente Arthur Bernardes criou o **Patronato Agrícola Dr. João Antônio Coimbra** na

4 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE (2009-2013), p. 18.

5 Até hoje, o atual *campus* Recife do IFPE funcionou em três locais diferentes: entre 1910 e 1923, teve como sede o antigo Mercado Delmiro Gouveia, onde funciona atualmente o Quartel da Polícia Militar de Pernambuco, no bairro do Derby; a segunda sede da escola localizou-se na parte posterior do antigo Ginásio Pernambucano, na rua da Aurora; a partir do início de 1933, passou a funcionar na rua Henrique Dias, 609, mais uma vez no bairro do Derby, sendo a sede oficialmente inaugurada em 18 de maio de 1934. Uma nova mudança aconteceu em 17 de janeiro de 1983, quando a ETFPE passou a funcionar na avenida Professor Luís de Barros Freire, 500, no bairro do Curado, local da sede atual. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE (2009-2013), p. 18.

Vila Tamandaré – Decreto nº 16.105, de 21 de julho –, no município de Rio Formoso⁶. Em 1934, a escola passou a chamar-se **Aprendizado Agrícola João Coimbra**. Oferecia então o curso de Iniciação Agrícola, que conferia ao estudante a formação em capataz rural. Apenas em 1941 o Aprendizado Agrícola foi transferido para a Fazenda Sapé, no município de Barreiros⁷.

Com o Decreto nº 22.506, de 22/01/1947, a denominação da Instituição mudou para **Escola Agrícola João Coimbra**. Além do curso de Iniciação Agrícola, passou a ofertar também o curso em Mestria Agrícola. Três anos mais tarde, nova mudança em sua denominação, passando a **Ginásio Agrícola João Coimbra**, e novo curso – o de Técnico Agrícola – somado aos já oferecidos⁸.

Com o Decreto nº 53.558, de 13/02/1964, modificou-se mais uma vez sua denominação, passando a **Colégio Agrícola João Coimbra**. Na época, eram oferecidos os cursos Ginásio Agrícola e Técnico Agrícola. Já em 1967, os formados pela instituição passaram a ser denominados de técnicos agrícolas. A partir de 1968, as instituições de ensino agrícola passam a ser subordinadas ao Ministério da Educação. A denominação **Escola Agrotécnica Federal de Barreiros** (EAFB) foi estabelecida pelo Decreto nº 83.935, de 04/09/1979⁹.

Em dezembro de 2008, trinta e um centros federais de educação tecnológica (CEFETs), setenta e cinco unidades descentralizadas de ensino (UNEDs), sete escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades, além de trinta e nove escolas agrotécnicas – entre as quais a antiga EAFB –, deixaram de existir, passando a compor os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dessa forma, passava a existir o *campus* Barreiros do IFPE.

2.3. Campus Vitória de Santo Antão:

O atual *campus* de Vitória de Santo Antão foi criado em 2 de junho de 1954, com o nome original de **Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica**, pela então

⁶ A instituição foi inaugurada e entrou em funcionamento em 5 de novembro do ano seguinte.

⁷ Fonte: <http://barreiros.ifpe.edu.br/index.php?grp=8&pag=147>. Acesso em 20/03/2011.

⁸ Fonte: <http://barreiros.ifpe.edu.br/index.php?grp=8&pag=147>. Acesso em 20/03/2011.

⁹ Em 1993, as Escolas Agrotécnicas foram transformadas em autarquias federais, ficando vinculadas à então Secretaria do Ensino Médio e Tecnológico (SEMTEC), que, por sua vez, substituiu a extinta Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI). Mais tarde, a SEMTEC passou a se chamar Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura¹⁰.

No ano de 1962, a Instituição foi renomeada, passando a se chamar **Colégio de Economia Doméstica Rural**, cuja finalidade era ministrar cursos agrícolas de 1º e 2º ciclos, bem como cursos de aperfeiçoamento. Em 1967, o colégio passou por novas mudanças, sendo incorporado à Diretoria de Ensino Agrícola – DEA, do Ministério da Educação e Cultura. Nesse contexto, houve também uma reformulação da filosofia do ensino agrícola no país, a partir do processo de implantação da metodologia do “Sistema Escola-Fazenda”, que se baseava no princípio “Aprender a Fazer e Fazer para Aprender”¹¹.

Em 1979, o colégio recebeu a denominação de **Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão** e implantou o curso técnico em Agropecuária, passando, então, a oferecer duas habilitações técnicas. As atividades pedagógicas da Escola Agrotécnica, que eram realizadas onde atualmente funciona o Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco, foram transferidas, em 1985, para um complexo situado na zona rural da cidade. Assim, implementou-se, na prática, o Sistema Escola-Fazenda.

Em 1993, a Instituição foi transformada em autarquia, cabendo à SEMTEC as atribuições de estabelecer as políticas para a educação tecnológica e exercer a supervisão do ensino técnico federal¹². Em 1997, foi implantado o curso técnico em Agroindústria.

Em 2001, acompanhando as reformas da educação profissional no país, a Instituição passou a oferecer o ensino médio desvinculado do ensino profissional, sendo este organizado em regime modular. Passaram a ser oferecidas, então, quatro habilitações técnicas: Agropecuária, Agroindústria, Agricultura e Zootecnia, na modalidade de concomitância interna, externa ou subsequente. No mesmo ano, a EAFVSA, através de portaria, regulamentou a criação da Seção de Cursos Técnicos Especiais – SCTE. A partir daí, começou a oferecer cursos básicos de curta duração, visando à qualificação e requalificação de trabalhadores.

Em maio de 2004, por força do Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003, que regulamentou o processo de escolha dos diretores-gerais das Instituições Federais de

¹⁰ Fonte: <http://vitoria.ifpe.edu.br/>. Acesso em 20/03/2011.

¹¹ Fonte: <http://vitoria.ifpe.edu.br/>. Acesso em 20/03/2011.

¹² Trata-se de processo idêntico ao que ocorreu com Barreiros. Ver nota número 9.

Ensino (IFEs), a instituição elegeu, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, a sua Direção-Geral. Ainda em 2004, a SEMTEC passa a ser denominada Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, encarregada de implementar as políticas de educação profissional no país, desvinculando a educação profissional do ensino médio. Com a nova estrutura, a definição das políticas do ensino médio passou a ser competência da Secretaria da Educação Básica – SEB¹³.

Em 2005, a instituição voltou a oferecer cursos no sistema de currículo integrado: cursos técnicos em Agropecuária e em Agroindústria, mantendo a modularização apenas no nível subsequente (cursos voltados para quem já concluiu o Ensino Médio), com as habilitações técnicas em Agricultura, Zootecnia e Agroindústria. Em 2008, com a criação do IFPE, a Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão passou a ser *campus* dessa Instituição.

2.4. Campus Belo Jardim:

A então **Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim** iniciou sua trajetória com a celebração de um convênio entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Pernambuco – em 27 de junho de 1958 –, que autorizou a instalação da escola no município. Com o Decreto nº 53.558 – de 13 de fevereiro de 1964 –, foi-lhe dada a denominação prístina de **Ginásio Agrícola de Belo Jardim**. Em maio de 1967 – com o já citado Decreto nº 60.731 –, houve a transferência do “Ginásio” do âmbito administrativo do Ministério da Agricultura para o do Ministério da Educação¹⁴. Na ocasião, houve ainda mudança em sua denominação, passando a **Colégio Agrícola de Belo Jardim** (em 7 de agosto de 1968)¹⁵. Em 4 de setembro de 1979, com mais uma mudança em sua denominação, passou a **Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim** – EAFBJ¹⁶.

Em novembro de 1993, a EAFBJ transformou-se em autarquia federal – instituída pela Lei nº 8.731 –, passando a ser dotada de autonomia administrativa, financeira,

¹³ Trata-se de um processo que atingiu todas as instituições de educação profissional do país.

¹⁴ Processo também comum a todas as escolas agrotécnicas do Brasil.

¹⁵ Entretanto, só em 13 de agosto de 1969 o seu funcionamento é autorizado. A inauguração se dá em 5 de maio de 1970. Fonte: <http://belojardim.ifpe.edu.br/index.php?grp=12&pag=31>. Acesso em 20/03/2011.

¹⁶ Conforme já se adiantou quando tratamos de Barreiros e Vitória de Santo Antão, em 1993 as EAFs transformam-se em autarquias federais, instituídas pela Lei nº 8.731, passando a ser dotadas de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar, compatível com sua personalidade jurídica e de acordo com seus atos normativos.

patrimonial, didática e disciplinar, compatível com sua personalidade jurídica e de acordo com seus atos normativos.

Em 29 de dezembro de 2008 – através da Lei nº 11.892 –, sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, a Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim transforma-se no *campus* Belo Jardim do IFPE.

O *campus* Belo Jardim conta atualmente com cursos de distintas áreas do conhecimento, oferecidos em variados níveis e modalidades. Os primeiros cursos técnicos foram, respectivamente, Agropecuária e Agroindústria, ambos ofertados atualmente nas modalidades integrado e subsequente, sendo o segundo também ofertado na modalidade PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos). O curso técnico em Informática é oferecido nas modalidades integrado e subsequente, e o curso de Enfermagem é ofertado na modalidade subsequente. O *campus* conta, desde 2011, com o curso superior de Licenciatura, que prepara professores para atuar na educação básica, em escolas especializadas de música (conservatórios, centros de educação musical, escolas de música) ou em espaços não formais onde o ensino de música ocorra (igrejas, ONGs, projetos culturais etc.). Além disso, a formação possibilita ao estudante a atuação no mercado da música popular, como intérprete instrumental ou vocal, ou em outras atividades e campos, instituídos e emergentes, das manifestações culturais ligadas à música popular. O curso também incentiva a produção de pesquisa relacionada à performance musical e à educação musical.

O *campus* Belo Jardim dispõe de instalações diversas, tais como: salas de aula; salas-ambiente nos setores de Agricultura, Zootecnia, Agroindústria e Mecanização Agrícola; laboratórios de Informática, Química, Biologia e Topografia; laboratório de Inclusão Digital; biblioteca; Centro de Tecnologia; dois auditórios; refeitório; prédio da administração; alojamentos femininos e masculinos; quadra poliesportiva; sala de jogos; oficina de arte; guarita; oficinas diversas, além da estrutura própria para os cursos de Informática e Enfermagem. Estão previstas reformas em algumas instalações, visando à otimização do uso da estrutura do *campus* em face do seu crescimento, e ampliação de atendimento à comunidade local, mediante a oferta de novos cursos.

2.5. Campus Pesqueira:

A UNED Pesqueira da Escola Técnica Federal de Pernambuco teve a sua origem em 1987, através do processo nº 23000.013424/1987-37, dentro do Programa de Expansão do Ensino Técnico elaborado pelo Ministro Marco Maciel durante o Governo José Sarney. Tal programa tinha como objetivo interiorizar essa modalidade de ensino, dando oportunidade aos jovens do interior do país de acessar o Ensino Técnico, possibilitando uma qualificação da mão de obra regional.

Entre as 90 cidades selecionadas para fazer parte do programa, Pesqueira foi escolhida como o primeiro município a sediar uma escola técnica no agreste pernambucano.

Essa unidade de ensino, apesar de autorizada a funcionar em 1992, através da Portaria do MEC nº 1.533, de 19 de outubro de 1992, assinada pelo Ministro Murílio de Avellar Hingel, só iniciou suas atividades em 1993, após o prefeito do município de Pesqueira, Sr. Evandro Maciel, ter-lhe cedido dependências, por meio de comodato.

Em 5 de abril de 1994, a UNED Pesqueira da Escola Técnica Federal de Pernambuco iniciou suas atividades com os cursos técnicos integrados de Eletrotécnica e Edificações, recebendo seus primeiros 320 alunos. O esforço e a crença dos primeiros técnicos administrativos e professores fizeram com que a semente plantada começasse a brotar e a se expandir. A escola tinha se unido para crescer e enfrentar os obstáculos que foram surgindo. Assim se via concretizado o sonho daquelas pessoas que acreditaram no potencial da região. E Pesqueira, denominada pelo Cardeal Arcoverde como “Atenas do Sertão”, viu renascer a sua vocação educacional.

Após um breve período sob a direção da sede, Recife, a UNED Pesqueira passou a ter um diretor próprio, com gestão de novembro de 1994 a 21 de fevereiro de 1996. No período compreendido entre os anos de 1996 a 2002, a estrutura física dessa unidade de ensino foi consideravelmente ampliada e reestruturada, com a construção da cantina, passarela entre os diversos setores, conclusão da obra do ginásio poliesportivo, construção da guarita do ginásio e perfuração de um poço artesiano para atender às necessidades de abastecimento. Foram implantados novos laboratórios de Física, Química, Biologia, Informática, Eletrotécnica, Eletroeletrônica, práticas de Enfermagem, Audiovisual e oficina de Música.

Em 9 de outubro de 1998, através da Portaria nº 681-GD, foi criada a Unidade Gestora em favor da UNED Pesqueira, tendo em vista a necessidade de descentralizar os atos administrativos.

Em 18 de janeiro de 1999, através do Decreto s/n assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em comunhão com o Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, a Escola Técnica Federal de Pernambuco passou a ser Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco. A partir dessa data, surgiram os cursos técnicos de Eletroeletrônica, Enfermagem e Turismo pós-médio.

Em 4 de outubro de 2003, assume uma nova direção na UNED Pesqueira, como resultado de uma “Consulta Pública” promovida pelo Diretor Geral do CEFET-PE, o professor Sérgio Gaudêncio Portela de Melo.

Em novembro de 2003, a UNED Pesqueira do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco completou 10 anos de atividades administrativas e pedagógicas, cumprindo com a sua atual missão: “Ser um Centro de Referência para os Sistemas de Ensino, atuando como polo de excelência para a Educação Profissional no Estado de Pernambuco, oportunizando ao cidadão ingresso e permanência no mundo produtivo”.

Em 1º de outubro de 2004, através do Decreto nº 5.224, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o CEFET-PE foi autorizado a ministrar Ensino Superior de Graduação e de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica.

Em 6 de fevereiro de 2007, ocorreu a aula inaugural do curso de Licenciatura em Matemática, no auditório da UNED Pesqueira do CEFET-PE. O evento contou com a participação da Dr.^a Heloísa Flora Brasil Nóbrega Bastos, professora da UFRPE, que presidiu a palestra “Professor de Matemática - Desafios do Futuro”.

A primeira turma do curso foi formada por 50 alunos selecionados no processo seletivo de 2007, cujo primeiro colocado foi o aluno Thiago de Oliveira Coelho, com média de 80,75 pontos. Em 20 de setembro de 2007, assume uma nova direção da UNED Pesqueira, através da Portaria nº 652-GD, eleita em 28/08/2007.

Em novembro de 2008, a UNED Pesqueira do CEFET-PE comemorou seus 15 anos de história, os quais foram marcados pela qualidade na educação profissional e tecnológica, através do ensino, da pesquisa e da extensão. Para comemorar o momento, foi realizado um culto ecumênico e uma palestra sobre os quinze anos da instituição.

Durante o período de comemorações, ocorreu a exposição “Conquistas e Reconhecimento do CEFET-PE, Unidade Pesqueira”; a apresentação da Cantata de Natal, com a participação do Coral da Unidade Pesqueira; uma exposição fotográfica contando a história da unidade; a exposição fotográfica “Um Olhar em Preto e Branco”,

produzida pelos estudantes da turma do PROEJA, sob a coordenação dos professores José Reginaldo e Maria do Rosário. A culminância, encerramento da programação, ocorreu em 5 de dezembro de 2008, com o Baile Comemorativo dos 15 Anos.

Em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, a UNED Pesqueira do CEFET-PE transforma-se em *campus* Pesqueira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Os institutos federais são entidades de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Mesmo sem ter como meta principal a aprovação em vestibular, devido ao foco da instituição ser ainda o ensino profissional, o *campus* Pesqueira ficou em 8º lugar em Pernambuco no *ranking* das escolas públicas, no ano de 2009.

O curso de Licenciatura em Matemática do *campus* Pesqueira venceu todas as instituições do Nordeste na avaliação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE 2008 (resultado divulgado no final de 2009). A média geral atingida pelos estudantes superou inclusive a média geral do Brasil. Os estudantes foram melhores tanto nas disciplinas específicas como nas de formação geral. O *campus* Pesqueira teve ainda a 2ª melhor nota individual de Pernambuco (estudante Paulo Virgílio Batista Silva).

No início de 2009, o *campus* Pesqueira conseguiu implementar o curso de Licenciatura em Física. O até então curso técnico em Enfermagem transforma-se em curso de Bacharelado em Enfermagem em meados de 2011. Em 2010, foi também implementado o curso de Licenciatura em Matemática – PARFOR, o qual visa à formação de professores das escolas públicas que já atuam como docentes, mas que ainda não têm formação superior.

Com base nas informações divulgadas em meados de setembro de 2011 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o *campus* Pesqueira do IFPE alcançou significativo resultado no Exame Nacional do Ensino Médio 2010 (ENEM 2010): a 103ª colocação no *ranking* das instituições públicas e privadas de todo o Brasil, com uma média geral de 625.03, considerando uma taxa de participação de 32,5%. Por conseguinte, houve um significativo aumento com relação à média do ENEM 2009, quando a Instituição obteve 606.23 pontos, o que elevou o

campus Pesqueira à melhor colocação na cidade de Pesqueira e ao segundo melhor desempenho entre os *campi* do IFPE.

No dia 30 de novembro de 2011, tomou posse uma nova direção-geral no *campus* Pesqueira, a qual foi eleita no dia 8 de junho de 2011 pela comunidade acadêmica e administrativa para a gestão da escola no quadriênio 2011-2015.

Atualmente, o *campus* Pesqueira dispõe dos cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica e Eletroeletrônica; dos cursos superiores de Licenciatura em Matemática e em Física e do Bacharelado em Enfermagem, além do curso técnico em Eletrotécnica na modalidade PROEJA, que compreende a educação de jovens e adultos.

O *campus* Pesqueira, por sua vez, tem investido não só no campo do ensino, mas também na pesquisa e na extensão, como forma de aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem. Prova disso têm sido os vários artigos de estudantes e pesquisadores aprovados e publicados em revistas científicas, congressos nacionais e internacionais, evidenciando o efetivo trabalho dos quatro grupos de pesquisa atualmente credenciados junto à Propesq/IFPE e ao CNPq. Isso sem contar as bolsas de iniciação científica, de iniciação à docência, as bolsas de extensão, inclusive com projetos aprovados pelos: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

Como projetos de ensino e extensão em andamento voltados para a comunidade, além dos cursos de curta duração ministrados por professores da casa, destacam-se os cursos oferecidos pelo Programa Mulheres Mil e pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

Dentro da perspectiva de ensino, pesquisa e extensão, encontra-se em andamento no *campus* Pesqueira o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, que é uma parceria do IFPE com a CAPES, e o projeto do observatório astronômico da Instituição, o qual é desenvolvido, principalmente, pelo Clube de Astronomia Vega.

2.6. Campus Ipojuca:

Situado próximo ao complexo industrial de SUAPE, o *campus* Ipojuca começou efetivamente a ser implantado no ano de 2006, a partir da doação e terraplenagem de

uma área de 10 hectares pela Prefeitura Municipal do Ipojuca. O funcionamento, enquanto Unidade de Ensino Descentralizada, foi autorizado pela Portaria nº 851, de 3 de setembro de 2007, do Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad. O início das obras ocorreu no dia 27 de novembro de 2006, já a conclusão da 1ª etapa de acabamento dos blocos do *campus* Ipojuca se deu em março de 2008¹⁷. Inicialmente, as atividades do *campus* Ipojuca foram realizadas no ano de 2007, em prédio cedido pela Prefeitura de Ipojuca, localizado no centro do município, a fim de ser aguardada a conclusão da 1ª etapa das obras estruturais do *campus*.

Sua criação, enquanto Unidade Descentralizada de Ensino do CEFET-PE no município de Ipojuca/PE, insere-se no processo de expansão do CEFET-PE. A aula inaugural dos cursos técnicos (os primeiros foram Automação, Química e Segurança do Trabalho) do *campus* ocorreu no dia 31/10/2007, na quadra coberta do Centro Experimental Prefeito Jaime Lins, no centro do município de Ipojuca¹⁸.

Em 12 de maio de 2008, foi dado início às atividades acadêmicas no prédio construído como sede do *campus* Ipojuca, localizado na PE 60, Km 14. Em 11 de setembro de 2009, o *campus* Ipojuca foi inaugurado oficialmente, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e demais autoridades.

Considerando o arranjo produtivo e a vocação econômica locais, o *campus* Ipojuca promove atualmente 5 cursos técnicos subsequentes (Automação Industrial, Química, Segurança do Trabalho, Petroquímica e Construção Naval) e 1 curso superior (Licenciatura em Química).

O *Campus* Ipojuca encontra-se em fase de expansão estrutural, tendo em seu projeto arquitetônico final a seguinte estrutura física:

- 12 salas de aula;
- 1 laboratório de CAD e *Ship Constructor*;
- 1 laboratório de Informática;
- 6 laboratórios de Automação Industrial;
- 4 laboratórios de Segurança do Trabalho;
- 4 laboratórios de Química;
- 1 bloco administrativo;

17 Fonte: <http://ipojuca.ifpe.edu.br/conteudo.php?cat=10&sub=4>. Acesso em 20/03/2011.

18 Fonte: <http://ipojuca.ifpe.edu.br/conteudo.php?cat=10&sub=4>. Acesso em 20/03/2011.

- 1 bloco de biblioteca e auditório;
- 1 bloco de Construção Naval com 2 pavimentos;
- 1 bloco de Inclusão Digital e Profissional;
- 1 Centro de Treinamento e Referência em Segurança, Saúde e Meio Ambiente.

2.7. Campi Caruaru, Garanhuns e Afogados da Ingazeira:

Em 2010, dando continuidade à expansão da educação profissional no país (Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, instituído pela Lei nº 11.195/2005), no que se refere ao IFPE, ocorreu a criação dos *campi* de Caruaru, Garanhuns e Afogados da Ingazeira.

Criado em 1857, o município de Caruaru é considerado a capital do agreste por ser o maior centro metropolitano daquela região. Com privilegiada localização, é possível afirmar que Caruaru tem naturalmente vantagens competitivas importantes para diversas atividades, tais como os setores de serviços, comércio e indústria. A vocação para a indústria têxtil, por exemplo, e a auspiciosa perspectiva de desenvolvimento econômico foram, sem dúvida, algumas das razões da inserção do município de Caruaru, em 2007, na segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, cuja meta é oferecer cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

Uma vez contemplada pela Chamada Pública nº 001/2007 – MEC/SETEC, a Prefeitura Municipal de Caruaru promoveu uma reunião no dia 11 de novembro de 2007, na Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, com representantes de órgãos importantes do município. A finalidade dessa reunião era promover uma discussão para escolha dos cursos que pudessem ser oferecidos pelo *campus* Caruaru do IFPE, após sua completa instalação. Inicialmente, foram listadas quatorze opções de cursos técnicos, dentre os quais cinco foram priorizados: técnico em Mecatrônica, em Eletrônica, em Segurança do Trabalho, em Edificações e em Radiologia.

Decorridos dezesseis meses, no dia 20 de março de 2009, foi realizada a segunda reunião, na sala de reuniões da Associação Comercial e Empresarial de Caruaru, com a finalidade de referendar a proposta apresentada na primeira reunião de discussão citada no parágrafo anterior. Participaram do encontro os secretários municipais e representantes de órgãos comerciais do município, além de representantes do IFPE. A

reunião foi motivada por uma ampla discussão, sendo reconhecido unanimemente pelos presentes que a demanda local seria atendida com os cursos técnicos em Mecatrônica, Segurança do Trabalho e Edificações, na modalidade subsequente.

A audiência pública realizada em 15 de abril de 2009, no plenário da Câmara Municipal de Caruaru, sob a coordenação da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, consolidou a escolha dos três cursos apresentados na última reunião. Nessa audiência, foram colocadas em pauta a instalação do *campus* Caruaru e as tendências da vocação profissional da população local e das regiões circunvizinhas, com ampla participação da sociedade, de representantes de instituições de formação profissional (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC etc.), de representação dos empresários (Associação Comercial de Caruaru – ACIC, Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL etc.), do poder público municipal e do IFPE, dentre outros. Nessa audiência, ficou referendado que, no primeiro momento, o *campus* ofertaria os três cursos técnicos antes mencionados.

O *campus* Caruaru do IFPE foi inaugurado em 27 de agosto de 2010, com a presença do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, representantes dos governos municipal e estadual, representantes do IFPE, comunidade acadêmica, servidores e estudantes, bem como da comunidade local e circunvizinha. Ainda nesse semestre, foram matriculados 216 estudantes, os quais iniciaram suas aulas no dia 30 de agosto de 2010.

A partir da reunião realizada no município de Garanhuns, no dia 11 de junho de 2007, no auditório da AESGA – Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns, onde o diretor geral do então CEFET/PE fez uma palestra informativa sobre a Chamada Pública MEC/SETEC Nº 001/2007, representantes de diversas entidades da sociedade civil e prefeitos dos municípios situados no entorno de Garanhuns, comprometeram-se cada um, a contribuir com o que fosse possível para a implantação do *Campus* Garanhuns.

As principais razões para implantação do *Campus* Garanhuns em 2008, conforme documento da Chamada Pública foram: A geografia, por situar-se na área central do estado, onde ainda não existia nenhum CEFET implantado, enquanto que as duas extremidades do estado (Recife e Petrolina) já foram contempladas; Pela demografia, área mais habitada no Agreste Meridional com população estimada de 600.389 habitantes abrangendo Garanhuns e entorno; Pela vocação educacional do município, considerado um dos grandes pólos educacionais do interior do Nordeste, embora não tenha vocação industrial, transformou-se no grande pólo prestador de serviços

(educacionais, médicos, governamentais, turísticos, comércio, etc.); Pela pobreza, oito de seus municípios de abrangência, ostentando os piores indicadores sociais do estado (Índice de Desenvolvimento Humano - IDH), sendo de grande importância sócio-econômica seja do ponto de vista educacional, seja das oportunidades econômicas que cria a implantação; Pelos cursos na área de Tecnologia da Informação (TI) como estrategicamente importantes para a região e para o estado pela falta de mão-de-obra especializada nesta área de TI e pelo apoio unânime dos prefeitos da região.

O município de Garanhuns faz parte da Região de Desenvolvimento do Agreste Meridional, localizada na mesorregião do Agreste Pernambucano no Planalto da Borborema, distante 230 km da capital do Estado, com uma área de 10.756 km², representando 10,96% do território estadual (IBGE 2009). A região constitui-se de 26 municípios com uma população de mais de 561.940 habitantes (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE-FIDEM, 2010).

Além disso, o clima e o relevo se apresentam como alguns dos maiores diferenciais da região, em relação ao resto do Estado, propiciando diversidade de cultivos e oferecendo diversas opções de turismo, que também se caracteriza como importante atividade econômica.

A maior e mais expressiva atividade econômica do Agreste Meridional é a pecuária leiteira e de corte. Garanhuns é o maior centro de captação de leite do Estado, responsável pelo processamento de 70% da produção da bacia leiteira de Pernambuco, destacando-se na produção artesanal, semiartesanal e industrial de laticínios. O comércio da região é significativo, sobretudo nos municípios de Garanhuns e Lajedo.

Com relação ao nível de escolaridade da população do município, existe um percentual de 73,45% dos jovens de 15 a 17 anos e 56,92% dos jovens entre 18 e 24 anos com menos de 8 anos de estudo, com um total de 51.078 estudantes matriculados para o ensino fundamental e 14.824 estudantes matriculados no ensino médio para o ano de 2007 segundo dados do CONDEPE-FIDEM (2010 b).

A essa demanda de estudantes em idade e nível de escolaridade compatíveis ao curso técnico em meio ambiente, em informática e em eletroeletrônica, soma-se o fato de só haver a oferta do curso em cidades com grande distância de Garanhuns.

Com a aula inaugural ocorrida em 23 de agosto de 2010 entrou em funcionamento um dos mais novos campi do IFPE, localizado na cidade de Garanhuns. O evento aconteceu na Gerência Regional de Educação (GRE) da cidade. O novo *Campus* recebeu inicialmente cerca de 80 estudantes dos cursos Técnico em Meio Ambiente e

Técnico em Informática, e em 2011.2 foi inaugurado mais um curso ofertado pelo campus, o Curso Técnico em Eletroeletrônica com a entrada de 80 estudantes distribuídos em duas turmas. Em 2012 será ofertada uma nova modalidade de ensino, com o Curso Técnico Integrado na área de Eletroeletrônica.

A proposta de criação do Curso Técnico em Informática deu-se em relação à demanda por profissionais com a formação técnica nesta área. Várias pesquisas e levantamentos de dados indicam a carência no mercado regional e nacional. O setor de Informática tem crescido três vezes mais rápido que o restante da economia brasileira, constituindo-se no principal componente que impulsiona a chamada nova economia.

Além disso, Pernambuco se destaca no mercado nacional e mundial por meio do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R), que é um centro privado de inovação que cria produtos, serviços e empresas com Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs). O C.E.S.A.R também faz parte do Porto Digital do Recife, ambiente de empreendedorismo, inovação e negócios de tecnologias da informação e comunicação do estado de Pernambuco que reúne mais de 100 empresas no polo do Bairro do Recife.

O IFPE – *Campus* Garanhuns, por meio do Curso Técnico em Informática na modalidade Subseqüente, objetiva preparar profissionais para o mundo do trabalho globalizado e competitivo, e, além disso, contempla áreas inovadoras do conhecimento e abrange tecnologias modernas, contextualizadas na ciência da informação, além de estimular empreendimentos em Informática atraídos pelos nichos de mercado existentes na região.

Já a proposta de criação do curso de Técnico em Meio Ambiente, vem da necessidade tanto do município sede do Campus do IFPE como dos municípios vizinhos de superar suas carências de mão de obra qualificada na área ambiental, como mostra o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002) onde apenas 6% dos municípios brasileiros possuíam secretarias encarregadas exclusivamente de meio ambiente, enquanto em 26% dos municípios a questão ambiental é tratada em secretarias conjuntas com outras áreas, como é o caso de Garanhuns onde a secretaria responsável pelo tema é a de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Além disso, a produção agropecuária, importante atividade econômica da região, caminha para aumentar o nível de adequação de suas atividades a legislação ambiental no intuito de atingir mercados consumidores mais exigentes, o que demanda cada vez mais, profissionais capacitados na área.

A preservação de mananciais estratégicos para assegurar a qualidade de vida e a sobrevivência dos municípios da Microrregião do Agreste Meridional; Proteger os recursos hídricos e os maciços vegetais, compreendendo: as nascentes e corpos d'água que compõem as bacias dos rios Mundaú e Canhoto; e a implementação do Parque do Inhumas, são motivos suficientes para a implantação do Curso técnico em Meio ambiente.

Quanto à implantação do curso Técnico em Eletroeletrônica, esta foi embasada tanto na carência de mão de obra qualificada em controle e processos industriais no município sede e nos municípios vizinhos, quanto na oferta deste curso em cidades com grande distância de Garanhuns, já mencionada anteriormente.

O *campus* de Afogados da Ingazeira insere-se nesse processo de expansão que também contemplou a criação dos *campi* de Caruaru e Garanhuns.

Em 24 de abril de 2007, foi realizada uma chamada pública para instalação de uma nova unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco no sertão de Pernambuco. Várias cidades da região candidataram-se e passaram a concorrer como sede da nova unidade do IFPE.

A cidade de Afogados da Ingazeira foi selecionada para acomodar o IFPE, tendo início a obra em 1º de junho de 2009. Entretanto, o *campus* pertence aos municípios do CIM - Pajeú.

O orçamento inicial era de 3,5 milhões de reais, porém foram gastos cerca de 3 milhões e 400 mil reais na construção. A direção do *campus* participou de praticamente todas as etapas de construção.

Em agosto de 2010, as obras da primeira fase são concluídas. No dia 29 do mesmo mês, é realizada a aula inaugural no Cine Teatro São José, tendo início, efetivamente, as aulas no dia 13 de setembro. Ainda no dia 21 de setembro, sai a autorização para o funcionamento do instituto, publicada no Diário Oficial da União (Portaria nº 1.170). No dia 29 de novembro, é realizada, em Brasília/DF, a inauguração oficial.

Três cursos são oferecidos, escolhidos de acordo com a necessidade da região. São eles: Agroindústria, Eletroeletrônica e Saneamento.

O *campus* do IFPE em Afogados da Ingazeira é recém-construído, graças ao apoio e incentivo das 17 cidades do Sertão do Pajeú: Afogados da Ingazeira (sede do *campus*), Brejinho, Calumbi, Flores, Igaraci, Ingazeira, Itapetim, Carnaíba, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama.

Com relação ao quadro de funcionários, o *campus* Afogados da Ingazeira possui um total de 43 servidores, sendo 24 professores e 19 administrativos, além, claro, dos terceirizados. É previsto um total de 100 funcionários efetivos para o instituto quando ele atingir seu funcionamento pleno.

A segunda fase estava prevista para ter início em janeiro de 2012, com a construção de mais dois anexos, uma biblioteca e um auditório.

3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A constituição dos diversos *campi* que compõem o IFPE foi estabelecida tomando-se por base o critério territorial de atuação e a caracterização das regiões de desenvolvimento onde eles estão situados. Assim, os referidos *campi* estão localizados em cinco regiões de desenvolvimento do estado, a saber: na **Região Metropolitana do Recife** (RMR), na **Região da Mata Sul** (RMS), na **Região do Agreste Central** (RAC), na **Região do Agreste Meridional** (RAM) e na **Região do Sertão do Pajeú** (RSP), como mostra a figura a seguir:



Região Metropolitana do Recife:

Na Região Metropolitana do Recife, localizam-se os *campi* do Recife e Ipojuca. A região se constitui atualmente na principal área de desenvolvimento do estado de Pernambuco, compondo-se de dezoito municípios, dentre os quais se destacam a capital, Recife, além de Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Ipojuca, que juntos são

responsáveis por 76% da renda gerada no estado. A região comporta ampla infraestrutura logística, com destaque para o Porto de SUAPE, o Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes, bem como a ampla malha rodoviária e ferroviária¹⁹.

Sua economia diversificada apresenta cadeias produtivas consolidadas, destacando-se os setores de Turismo, Ensino Superior e Pesquisas, Intermediação Financeira e Varejo Moderno, sem falar no polo médico (terceiro maior do país) e de Tecnologia da Informação (considerado o segundo melhor do Brasil). Também fazem parte das cadeias produtivas da RMR os setores de Alimentos e Bebidas, Produtos Têxteis e Vestuário, Moveleira, Indústria Sucroalcooleira, Indústria de Transformação e Avicultura²⁰.

Apesar de todo esse potencial, a RMR apresenta graves problemas socioeconômicos, sendo o principal deles a distribuição de renda desigual. Cerca de 60% dos seus mais de três milhões de habitantes vivem na linha da pobreza, com renda mensal de até um salário mínimo, e mais da metade da população economicamente ativa (acima de 15 anos de idade) trabalha no setor informal. São também pontos negativos o alto índice de violência, os serviços de saneamento precários e a saturação do espaço físico, ocasionando a ocupação desordenada em áreas consideradas de risco e insalubres²¹.

Região da Mata Sul:

Na região da Mata Sul pernambucana, situam-se os *campi* de Barreiros e Vitória de Santo Antão. Essa região, por sua vez, localiza-se na mesorregião da Mata Pernambucana, compreendendo uma área de 5.208,6 km² (5,26% do território estadual). Sua população é predominantemente urbana – apresenta baixa taxa de crescimento devido ao fluxo migratório em direção aos grandes centros urbanos, onde se acomoda na periferia em habitações precárias e, na sua maioria, subnormais. Sua economia é majoritariamente agrícola, tendo como base a produção de cana-de-açúcar e produtos derivados, como o açúcar, o álcool, o melaço e a aguardente. Dentre os municípios da Mata Sul, destacam-se Vitória de Santo Antão (o mais populoso, com cerca de 130.000 habitantes)²², Palmares e Barreiros, os quais apresentam tendência à diversificação de atividades econômicas, com destaque para a Fruticultura, o Plantio de Seringueiras, a

19 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE (2009-2013), p. 20-26.

20 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE (2009-2013), p. 20-26.

21 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE (2009-2013), p. 20-26.

22 Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 29/03/2011.

Pecuária, a Indústria de Transformação, o Comércio Varejista e a Prestação de Serviços. Vale salientar que Barreiros é um polo comercial que atende, também, a municípios circunvizinhos, principalmente os do norte de Alagoas. Situado numa região próxima ao litoral, o município tem também no Turismo um elemento de solidificação de sua economia.

Região do Agreste Central:

Na região do Agreste central, concentra-se o maior número de *campi* do IFPE (Belo Jardim, Pesqueira e Caruaru). Trata-se de uma região inserida na mesorregião do Agreste pernambucano. Caruaru é sua principal cidade, sendo também um centro de conexão, pois está localizada na interseção das rodovias BR 232 e BR 104, por onde circulam praticamente toda a produção e abastecimento da região. Como principais atividades econômicas da RAC, destacam-se o ramo de confecção (vestuário e têxteis) e a pecuária leiteira e de corte, que se desenvolvem junto com o tradicional cultivo de milho, feijão, mandioca e algodão, a avicultura e o turismo de lazer, religioso e rural. Também são significativos os setores de comércio e de serviços, além de importante polo moveleiro. Vale registrar que o Agreste se caracteriza, sobretudo, pelo predomínio da policultura com uso intensivo da mão de obra familiar, incipiente uso da tecnologia e insumos, o que resulta em baixa produtividade e precariedade das condições de vida da população das pequenas propriedades rurais.

Região do Agreste Meridional:

A região do Agreste meridional conta com o *campus* de Garanhuns. O município de Garanhuns também está localizado na mesorregião do Agreste pernambucano. A cidade é o maior centro de captação de leite do estado, responsável pelo processamento de 70% da produção da bacia leiteira de Pernambuco, destacando-se igualmente na produção artesanal, semiartesanal e industrial de laticínios. Além da pecuária, a cultura de subsistência é desenvolvida na região, principalmente com o cultivo de feijão, milho e mandioca. Nas áreas de brejo, aparecem a cafeicultura, a fruticultura e o plantio de hortaliças. A olericultura e a floricultura também representam algumas das atividades do Agreste meridional. O comércio da região é significativo, sobretudo nos municípios de Garanhuns e Lajedo. Além de sua importância comercial, Garanhuns desenvolve

atividades ligadas à hospitalidade e lazer, em função do seu clima de baixas temperaturas.

Região do Sertão do Pajeú:

Também a região Sertão do Pajeú conta com uma unidade do IFPE. Trata-se do *campus* de Afogados da Ingazeira. O Sertão constitui a parte do semiárido pernambucano com condições climáticas mais adversas ao desenvolvimento da agropecuária tradicional e do cultivo com base no regime de chuvas. As culturas mais expressivas — de milho e de feijão — são de alto risco climático para as condições de clima e tempo predominantes. A atividade pecuária, tanto bovina como de caprinos e ovinos, sempre é desenvolvida de forma extensiva, à base de pastos naturais, cultivo da palma forrageira e com pouca tecnologia de manejo.

Especificamente a RSP participa com 1,8% no Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco, e seus arranjos produtivos se concentram na caprinovinocultura, na pecuária de corte, na prestação de serviços, na indústria de doces e na apicultura. O setor de serviços tem o maior peso na economia local, principalmente nos municípios de maior PIB da região, como Serra Talhada.

4. ÂMBITO DE ATUAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco tem como responsabilidade social o desenvolvimento do ensino tecnológico em todos os seus níveis e modalidades, conforme preceitua a Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 1º, § 2º: “No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais”. Sendo assim, o IFPE se constitui como um dos maiores institutos do país, colaborando com a formação de profissionais qualificados para atuar, com competência humanística, técnica e científica, no mundo do trabalho, respeitando as peculiaridades e demandas locais e regionais.

A expansão dos Institutos Federais, enquanto política governamental, possibilita o aumento da oferta dos cursos técnicos de nível médio integrados, subsequentes, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), da Formação Inicial e

Continuada (FIC), tecnológicos, bacharelados, licenciaturas, pós-graduações (*lato sensu* e *stricto sensu*) e especialização de nível técnico, contemplando as comunidades das regiões urbanas e rurais, como também o desenvolvimento de ações nas áreas do ensino, pesquisa e extensão.

5. A OPERACIONALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PPPI: METODOLOGIA PARTICIPATIVA

A construção do projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) com a participação dos segmentos da comunidade escolar é de fundamental importância no contexto de uma gestão participativa, porque, desenvolvida dessa forma, permite que as pessoas ressignifiquem as suas experiências, reflitam sobre as suas práticas, explicitem os seus sonhos e utopias, demonstrem os seus saberes, reafirmem as suas identidades, estabeleçam novas relações de convivência e indiquem um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação.

Nesse contexto, a operacionalização da construção do PPPI deu-se em cumprimento à exigência legal²³, na intenção de realizar discussões com a comunidade do IFPE, na qual foi possível identificar as necessidades e anseios dos que fazem essa instituição. Foram realizados inicialmente Fóruns Temáticos e, posteriormente, Conferências. O presente documento foi construído a partir da constituição de quatro comissões: Coordenação Geral Responsável pela Articulação da Construção do PPPI (Portaria nº 420/2009), Comissões Locais (por *campi*), Comissão Responsável pela Conferência do Projeto Político Pedagógico do IFPE (Portaria nº 258/2010) e Comissão para Finalização do Documento referente ao PPPI (Portaria nº 1.265/2010).

Cada comissão citada teve atribuições inerentes a sua finalidade²⁴. A Comissão da Coordenação Geral Responsável pela Articulação da Construção do PPPI (Portaria nº 420/2009) teve como atribuições gerais coordenar o processo de construção/reconstrução do PPPI. Cabia-lhe, entre outras ações específicas: a organização e preparação dos Fóruns Temáticos, através da sensibilização dos atores envolvidos, e a avaliação do processo de construção do referido documento. Nessa comissão, discutiu-se a sistemática de organização dos fóruns, desde a questão

23 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

24 Em anexo, as portarias nº 420/2009, 258/2010 e 1.265/2010 e suas respectivas atribuições.

estrutural até aquelas que envolviam a dinâmica dos trabalhos dos grupos, considerando que cada Fórum Temático era organizado com base em perguntas norteadoras, visando a dar andamento às leituras realizadas anteriormente e às discussões posteriores, proporcionadas pelos palestrantes.

As Comissões Locais (por *campus*) tiveram como finalidade propiciar a discussão e a reflexão sobre a importância do PPPI, bem como a preparação dos seus representantes para a participação nos Fóruns Temáticos²⁵.

A Comissão Responsável pela Conferência do PPPI-IFPE (Portaria nº 258/2010) teve como objetivo a organização e sistematização das deliberações dos Fóruns Temáticos, e a Comissão para Finalização do Documento referente ao PPPI (Portaria nº 1.265/2010) incumbiu-se de organizar o documento final.

Em junho de 2009, os Fóruns Temáticos deram início ao processo de construção do documento, de que participaram quatro categorias de representatividade dos *campi*, conforme o Regimento Interno dos Fóruns de Construção da Conferência do PPPI do IFPE:

- Integrantes das comissões dos *campi* e Coordenação-Geral;
- Delegados dos *campi* (docentes, discentes e técnicos administrativos);
- Convidados;
- Ouvintes.

Os Fóruns Temáticos foram realizados de forma itinerante, organizados com base em grupos de trabalho (GT). Cada GT era constituído por um mediador e um relator escolhidos pelo grupo. Os eixos temáticos que orientaram os fóruns tiveram como referência o texto da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que destaca os seguintes temas:

- Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade;
- Organização e regulação da educação nacional;
- Qualidade da educação, gestão democrática e avaliação;
- Democratização do acesso, permanência e sucesso escolar;

²⁵ Cada *campus* teve autonomia para operacionalizar os Ciclos de Estudos necessários para o encaminhamento das discussões dos Fóruns Temáticos. Assim, foram realizados, diferentemente em cada *campus*, reuniões, encontros pedagógicos, pré-fóruns, entre outros momentos, visando à preparação para os Fóruns Temáticos.

- Formação e valorização dos profissionais da educação;
- Financiamento da educação e controle social;
- Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade.

Ainda de acordo com o Regimento Interno dos Fóruns de Construção da Conferência do PPPI do IFPE, cada fórum era iniciado por uma palestra que abordava o eixo temático que iria nortear a discussão do evento. Em seguida, eram formados os GTs, nos quais os participantes discutiam e elaboravam suas propostas. A finalização do encontro acontecia com uma Plenária Geral. O quadro abaixo destaca as informações relativas a cada Fórum Temático:

Fórum Temático	Local	Data	Palestrante	Palestra
I	<i>Campus Recife</i>	03/06/09	Prof. Dante Moura (IFRN)	Proposta Pedagógica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
II	<i>Campus Vitória de Santo Antão</i>	09/07/09	Prof. ^a Edla de Araújo Lira Soares	A Organização Institucional e o Papel das Instâncias de Governo e da Sociedade
III	<i>Campus Belo Jardim</i>	30/09/09 (Manhã)	Prof. Dante Moura (IFRN)	O Sistema de Gestão e a Educação Profissional e Tecnológica
IV	<i>Campus Belo Jardim</i>	30/09/09 (Tarde)	Prof. Gaudêncio Frigotto (UERJ/ UFF)	A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica e a Democratização do Ensino Superior
V	<i>Campus Ipojuca</i>	20/10/09	Prof. ^a Ilma Passos (UnB)	Valorização e Formação de Profissionais da Educação
VI	<i>Campus Belo Jardim (Parceria com o Campus Pesqueira)</i>	19/11/09	Prof. ^a Bernardina Santos, Prof. ^a Edilene Guimarães e Prof. ^a Nubia Frutuoso (IFPE)	Proposta Curricular – As Diversas Dimensões do Currículo: Reflexões para a Construção do PPPI

O Documento Referência do Projeto Político Pedagógico do IFPE foi o resultado das discussões dos seis fóruns, o qual foi disponibilizado a todos os *campi* para que eles o apreciassem e dessem suas contribuições em forma de emendas, que poderiam ser: SUPRESSIVAS (negrito, em vermelho tachado), ADITIVAS (negrito, em itálico azul),

NOVAS PROPOSTAS (negrito, em verde sublinhado). Para as sugestões concernentes aos AJUSTES DE REDAÇÃO, foi inserida a expressão “acordo de redação”. Em seguida, nas Conferências de Construção do PPPI - CONFEPPI²⁶, o Documento Referência do Projeto Político Pedagógico do IFPE foi debatido e aprovado. Seguem abaixo as informações acerca das Conferências:

CONFEPPI:	Local:	Datas:	Eixos temáticos discutidos:
I	<i>Campus Recife</i>	20/04/10	I e II
II	<i>Campus Vitória</i>	20/05/10	III e IV
III	<i>Campus Recife</i>	17/08/10	V e VI

Nessa perspectiva, a metodologia aplicada ao PPPI foi construída e vivenciada com base na representação participativa dos segmentos do IFPE, favorecendo a capacidade de delineamento da identidade escolar. Isso significou resgatar “a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva” (VEIGA, 2004, p.14). Por outro lado, objetivou, ainda, instituir diretrizes para a consolidação da função social do IFPE, tendo em vista o desenvolvimento de uma educação de qualidade social que integre o ensino, a pesquisa e a extensão.

6. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

No contexto educacional brasileiro, não é fácil construir um conceito de educação de qualidade, que vise à formação integral e integrada para a cidadania. Essa reflexão é imperativa e faz com que seja de fundamental importância que o IFPE organize, selecione, direcione saberes e desenvolva uma prática pedagógica de forma integrada, capaz de contribuir com a efetivação desse papel. Assim, faz-se necessário repensar continuamente a sua função social, compreendida também enquanto prestação de serviços à sociedade, a partir da formação profissional em vários níveis e modalidades de ensino, contribuindo para que o estudante possua sólidos conhecimentos científicos e tecnológicos, como também em sua formação para a cidadania, a fim de se concretizarem as aspirações da sociedade no que se refere a sua formação: maior qualidade de educação, maior igualdade e formas democráticas de convívio, com o

²⁶ O tema central foi “Construindo o Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco: Diretrizes para a Consolidação da Função Social do IFPE”.

objetivo de construir e consolidar não só a qualificação profissional, mas, sobretudo, a formação humana.

Nesse sentido, na perspectiva de cumprir as finalidades do instituto, deve estar presente o cuidado em assegurar a aplicação e o desenvolvimento dos princípios filosóficos, políticos, estéticos, éticos e pedagógicos.

Os princípios pedagógicos são eixos estruturadores do ensino-aprendizagem que possibilitam a materialização do desempenho do futuro profissional, capaz de vincular a educação à prática social e ao mundo do trabalho, relacionar teoria e prática, estar preparado para o exercício da cidadania, explicar adequadamente os processos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, apresentar autonomia intelectual e pensamento crítico e ser flexível frente a novas condições de ocupação no mundo do trabalho.

Para tanto, o ambiente mais favorável à aprendizagem é o interdisciplinar, considerando que as práticas interdisciplinares contribuem para a formação simultânea do estudante nos aspectos técnico e prático, pluralista e crítico, implicando uma qualidade social e política, pois, por INTERDISCIPLINARIDADE, enquanto princípio pedagógico, compreende-se que todo conhecimento é construído em um processo dialógico permanente com outros conhecimentos que se completam, apontando para a necessidade do seu domínio, com vistas a que essas conexões entre si se efetivem.

Outro princípio pedagógico é a CONTEXTUALIZAÇÃO enquanto transposição didática, em que o professor relaciona o conhecimento científico às experiências do estudante, ou seja, transforma essa vivência em conhecimento e transfere o aprendido a novas vivências.

O contexto da lei de criação dos institutos aponta para outro princípio pedagógico, a INDISSOCIABILIDADE entre ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO, para fortalecer, dentro e fora do ambiente escolar, a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como as diversas formas de práticas profissionais e a participação em atividades de extensão, as quais permitirão ao futuro profissional possibilidades de superar os desafios de renovadas condições do exercício profissional e de produção do conhecimento.

Com essa compreensão, o IFPE se propõe a adotar esses princípios pedagógicos, amplamente contemplados na LDB (Lei nº 9.394/96) e nas legislações específicas, a partir de uma visão dinâmica e inovadora, aberta às mudanças e às transformações do mundo contemporâneo.

7. FUNÇÃO SOCIAL

A função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco é promover uma educação pública de qualidade, gratuita e transformadora, que atenda às demandas sociais e que impulse o desenvolvimento socioeconômico da região, considerando a formação para o trabalho a partir de uma relação sustentável com o meio ambiente. Para tanto, deve proporcionar condições igualitárias de êxito a todos os cidadãos que constituem a comunidade do IFPE, visando à inserção qualitativa no mundo socioambiental e profissional, fundamentado em valores que respeitem a formação, a ética, a diversidade, a dignidade humana e a cultura de paz.

8. PROPOSTA PEDAGÓGICA

Tema: Proposta Pedagógica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

As propostas pedagógicas aqui apresentadas foram objeto de discussão por ocasião do I Fórum de Construção do PPPI, em que o Professor Dante Henrique Moura, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, proferiu a palestra “*IFPE: que projeto político-pedagógico a comunidade quer construir coletivamente?*”, destacando o histórico papel social dos institutos, a função social deles e sua relação com o currículo materializado no instituto.

Foi de extrema importância a discussão conceitual e a distinção entre missão e função social. Destacou-se que a função social está mais intrinsecamente relacionada com as instituições públicas e a missão, com as instituições privadas. A instituição pública aspira à universalidade. Dante Moura, citando Marilena Chauí, afirma que

a organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares²⁷.

²⁷ Fala do Professor Dante Henrique Moura, em palestra realizada no dia 3 de junho de 2009, no I Fórum de Construção do Projeto Político Pedagógico do IFPE.

A empresa privada de ensino, segundo o Professor Dante, tem um *foco* particular no que se refere ao grupo populacional ao qual pretende prestar seus serviços e adota como critério mais objetivo o valor da mensalidade/anuidade que esse grupo se dispõe a pagar. Portanto, está na gênese dessas organizações o fato de que sua ação não se destina a toda a sociedade, mas apenas àqueles grupos que podem pagar e se dispõem a tanto pelo serviço prestado, estabelecendo-se uma relação de consumo.

As questões abaixo nortearam as propostas pedagógicas e ações a seguir:

- A partir das potencialidades e fragilidades identificadas, que instituição educativa queremos?
- A instituição que queremos contempla quais concepções de ser humano, de sociedade e de educação?
- Qual deve ser a missão do instituto²⁸?
- Qual deve ser a função social do instituto?

8.1 PROPOSTAS E AÇÕES

- Gestão democrática, aberta à participação da comunidade interna e externa, através de regulamentação específica;
- Formação adequada aos profissionais de educação, bem como a adequação do espaço físico escolar e recursos didático-pedagógicos, visando ao atendimento eficiente e eficaz aos discentes com necessidades educacionais específicas;
- Gestão cidadã, que promova a formação humanística e profissional, contribuindo para a construção da cidadania;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que reveja o próprio conceito de extensão, que busque a sustentabilidade em todos os níveis, que seja mais integrada com a sociedade, que considere as particularidades regionais, as diferenças e atenda às necessidades da sociedade em suas demandas;
- Oportunização de cursos de formação objetivando a apropriação das legislações vigentes referentes a todos os níveis de ensino;
- Organização pedagógica que também incentive um fazer pedagógico que promova a interação estudante-professor nas atividades de ensino, pesquisa e extensão numa

28 Questão extraída do relatório do I Fórum.

perspectiva de formação holística, que valorize o potencial crítico e criativo e que veja o estudante como um ser de possibilidades, construtor do seu conhecimento, promovendo uma maior integração e comunicação entre os *campi*, comprometida com a produção do conhecimento científico, tecnológico e cultural, capaz de influenciar nas mudanças sociais e nas definições de políticas de Estado na esfera da educação;

- Instituição mais flexível no seu processo permanente de mudança conceitual de educação profissional e humana e dos processos políticos, socioambientais, acadêmicos e culturais, caminhando de forma coerente com as linhas definidas em seu projeto político-pedagógico institucional;
- A função social do instituto é promover uma educação pública de qualidade, gratuita e transformadora, que atenda às demandas sociais, impulsionando, assim, o desenvolvimento socioeconômico, considerando uma formação para o trabalho a partir de uma relação sustentável com o meio ambiente. Para tanto, deve proporcionar condições igualitárias de êxito a todos os cidadãos que constituem a comunidade do IFPE, visando à inserção qualitativa no mundo socioambiental e profissional, fundamentado em valores que respeitem a formação, a ética, a diversidade, a dignidade humana e a cultura de paz;
- A missão do IFPE é promover a educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, fundamentada no princípio da indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

9. A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Tema: Organização Institucional e o Papel das Instâncias de Governo e da Sociedade Civil nos Institutos Federais.

A palestra da Professora Edla de Araújo Lira Soares, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação*, proferida no II Fórum, apontou a importância da construção do PPPI como espaço dialogado de compreensões, valores, concepções e princípios, destacando o desafio de construir consensos,

respeitando as diversidades em benefício de uma educação de qualidade social e do bem comum. Durante a apresentação, a palestrante ressaltou a *Igualdade*, a *Diversidade* e a *Justiça Social* como princípios norteadores da Organização Institucional, princípios esses que devem estar explícitos no PPPI.

A palestrante destacou que um dos maiores problemas a ser enfrentados na construção do projeto político pedagógico é a diversidade de propostas e a necessidade democrática de negociar, no conjunto dessas propostas, um acordo que permita desenvolver uma política pública, cuja finalidade geral seja o bem-estar, o bem comum da sociedade.

Ao analisar o tema do fórum, a Professora Edla apontou, ainda, que o projeto da Instituição não deve ser restrito a uma política de governo, tampouco prescindir da participação da sociedade civil. A passagem de uma política de governo para uma política de Estado depende do apoio e da articulação que a instituição vai construir junto com a sociedade civil.

Outro aspecto ressaltado pela palestrante refere-se à construção de uma nova identidade do Instituto. Nesse sentido, a construção do projeto político pedagógico pode contribuir nessa passagem complexa de reinvenção de uma identidade, a partir das identidades institucionais já existentes. A construção dessa identidade, por ser histórica, é um movimento permanente, que só é possível ser realizado coletivamente, tendo a comunidade escolar assumido sua condição legítima de protagonista. Essa identidade é histórica e se constitui à medida que determinadas possibilidades efetivam-se historicamente. Nesse sentido, o fórum traduz uma concepção de que podemos nos juntar para fazer essa passagem e, assim, fortalecer nossa atual identidade.

Para a palestrante, o fórum diz respeito aos institutos, sua nova identidade ou reinvenção de sua identidade, frente à possibilidade histórica que se concretizou através de uma política de governo, que exige uma mudança de identidade. O que está em pauta é como transformar uma política de governo em uma política pública de Estado, consistente e democrática, numa sociedade também democrática. O discurso é da política e do poder, e não da conversão. É por isso que nessa reinvenção da identidade é necessário abrir um espaço para a questão da *diversidade*.

Sobre a *diversidade*, destacou que, dentro de uma perspectiva que não permite o acolhimento da diferença e da diversidade, estudantes de diferentes níveis sociais são tratados como iguais: o mesmo dever de casa, o mesmo trabalho escolar, o mesmo livro, a mesma avaliação, as mesmas oportunidades, ainda que venham de realidades sociais

diferenciadas, quando o que precisam é de oportunidades *diversas e variadas*, para que, mesmo diante de origens e de situações sociais distintas, possam aprender na mesma medida. Eleger a *diversidade* como um dos princípios norteadores do PPPI, e assim trazer esse tema para discussão no II *Fórum*, é reconhecer que somos seres históricos e que a idade não deve ser o princípio organizador do ensino.

Para a palestrante, a elaboração do projeto político pedagógico é um exercício político que pode ser feito de forma autoritária ou de forma dialogada. Essa segunda possibilidade vai permitir que apareçam várias oportunidades de projetos, exigindo a negociação de conceitos e princípios, a partir dos quais é possível construir um quadro de compromissos coletivos que respeite as diversidades e as histórias dos atores envolvidos.

Outro aspecto importante destacado pela palestrante é que os conceitos que estão nos documentos que orientam a organização dos institutos remetem a um novo discurso em processo no Brasil, o qual envolve a sociedade civil organizada, com vistas à Conferência Nacional de Educação – CONAE, prevista para 2010, e cuja temática será o *Sistema Nacional Articulado*. Para o debate sobre a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação, a CONAE propõe 6 (seis) eixos, a saber:

- EIXO I: Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional;
- EIXO II: Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação;
- EIXO III: Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar;
- EIXO IV: Formação e Valorização dos Profissionais da Educação;
- EIXO V: Financiamento da Educação e Controle Social;
- EIXO VI: Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.

Para a palestrante, o discurso de construção de um *Sistema Nacional Articulado* tem a ver com a forma de organização da educação. A proposta desse sistema é que, em 2010, a educação seja responsabilidade de todos os entes federativos, mas mediante um regime de colaboração, que está previsto na Constituição e que até hoje não foi regulamentado. Com isso, fica uma pergunta para reflexão: *o Brasil tem ou não tem um Sistema Nacional Articulado?*

Sobre essa questão, ressaltando que existem grupos que respondem positiva e negativamente a ela, a palestrante se posicionou entre os que defendem a posição de que não existe um sistema nacional de ensino constitucionalmente assegurado. O argumento é que a Constituição de 1988 marcou uma ruptura com a ditadura, tendo uma linha de orientação que se opunha à centralização do Executivo. Entretanto, apesar de o texto constitucional estar marcado pela proposição de descentralizar, assegurar a participação e fortalecer o conjunto dos entes federativos, num movimento de ruptura com o Estado autoritário, o regime de colaboração, previsto no artigo 211 da Constituição, até hoje não foi regulamentado pelo Congresso. Portanto, todas as atribuições que seriam do sistema nacional foram assumidas pela União, terminando por se recompor o “Executivo Imperial” da União, pois é ela quem coordena a política, a economia etc. Nesse sentido, a Constituição não legitima um Sistema Nacional Articulado, e, por não termos um sistema nacional articulado, a União veio e se instalou para assumir as atribuições que pertencem a esse sistema.

É nesse contexto que a palestrante instigou o IFPE a se posicionar e marcar sua presença na Conferência de Educação de Pernambuco – CONEPE, e, posteriormente, na CONAE, em 2010. Qual será a posição do IFPE em relação ao Sistema Nacional Articulado? Quais são as concepções que irão sustentar o Sistema? Qual a concepção de educação aí subjacente?

Discorrendo sobre esses eixos do documento de referência da CONAE, a palestrante alertou sobre a importância de o IFPE assumir a educação como um *direito*, no seu PPPI. Nessa perspectiva, chamou a atenção para a contribuição da migração da concepção de direitos humanos para o âmbito da educação, pela sua natureza interdependente, universal e indivisível. Se a educação é um direito humano, podemos considerar que tais direitos e também a nossa identidade não estão *dados*, eles vão ser historicamente construídos diante das possibilidades que a sociedade cria em face da injustiça social.

A educação como direito humano é um espaço de igualdade, porque potencializa, nas práticas sociais, as bases de uma nova sociabilidade, em que as relações expressam o reconhecimento de todos os sujeitos e, portanto, de iguais. É inerente ao processo de humanização, na medida em que contribui para o movimento permanente de construção de uma sociedade fundada no compromisso com a justiça social e o bem-estar coletivo, assegurando, dessa forma, uma condição indispensável ao efetivo exercício dos direitos humanos nas sociedades democráticas. Nesse sentido, a concepção de educação deve ter como referência maior a justiça social e, portanto, uma sociedade de iguais, onde a

diferença é entendida como um componente a ser respeitado na sociedade. A política pública, fundada na justiça social, promove a igualdade e o respeito às diferenças.

Outro aspecto ressaltado pela Professora Edla foi o da compreensão da escola como um dos primeiros espaços de convivência com as diferenças e a diversidade. Ou a escola se transforma em um meio de convivência com a diversidade e as diferenças ou não haverá a possibilidade de se exercer a democracia, sendo necessário construir um imaginário do qual professores e estudantes também façam parte, que considere essa possibilidade.

Por muito tempo, os principais formadores foram a escola e a família. Na segunda metade do século XX, a sociedade brasileira rompeu com os marcos regulatórios brasileiros e reconheceu que os tempos eram outros, pondo em pauta, na LDB de 1996, que a educação passa pela vida familiar, pela convivência humana, pelo trabalho, pelas instituições de ensino, pela pesquisa e pelos movimentos sociais. A escola, portanto, não seria apenas um prolongamento da família. Para a palestrante, esse assunto cabe na elaboração do projeto político pedagógico, pois trata do reconhecimento dos conjuntos dos processos formativos, que vão além da dualidade escola-família.

A palestrante pontuou, ainda, a *ética*, os *costumes*, as *tradições* e os *comportamentos coletivos* de um grupo social como elementos da convivência coletiva. A ética, como uma reflexão crítica sobre os costumes individuais e coletivos, contribui para a definição de quais deles serão compartilhados. Nesse sentido, o maior desafio do projeto político pedagógico é garantir, ao mesmo tempo, um espaço privado da moral individual do cidadão e um conjunto dos valores coletivos e compartilhados em toda sociedade democrática.

A questão abaixo norteou as propostas e ações a seguir:

- Quais devem ser as políticas/ações expressas no PPPI do IFPE que concorram para a justiça social, educação e trabalho, considerando a inclusão, a diversidade e a igualdade?

9.1 PROPOSTAS E AÇÕES

- Assegurar que as ações de ensino, pesquisa, extensão e administração do IFPE sejam voltadas para a justiça social, educação e trabalho, considerando a inclusão, a cultura de paz, a diversidade e a igualdade.

- Repensar a organização acadêmica a partir das categorias de justiça e inclusão social.
- Intensificar o diálogo entre os *campi* para a troca de experiências e elaboração de diretrizes das políticas do instituto, contemplando os aspectos de inclusão, cidadania e justiça social, bem como as especificidades locais.
- Elaborar políticas de inclusão que priorizem o estudante oriundo de escola pública, de forma a garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o êxito escolar desse estudante.
- Implementar políticas de educação para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, foi proposto que o PPPI observe uma organização a partir dos seguintes programas:

9.1.1. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DO IFPE (dimensões: infraestrutura, humana, curricular: formação integral, práticas cidadãs):

- Reestruturar os currículos dos cursos para atender às demandas emergentes.
- Incentivar a revisão/elaboração de planos de curso, através da criação de um núcleo comum, que permita a mobilidade do educando entre os *campi*, evitando possíveis evasões.
- Reorganizar o currículo, contemplando em todos os cursos temáticas contemporâneas: direitos humanos, cidadania, ética, inclusão, justiça social, diversidade, multiculturalismo etc.
- Incentivar e valorizar, em termos de currículo, expressões de trabalho comunitário, cultural e de inclusão, promovendo a interação com a sociedade.
- Estruturar os cursos do PROEJA na modalidade integrada.
- Garantir a equidade entre o tempo/espço do ensino-aprendizagem no PROEJA, tendo em vista a especificidade do programa, e também nos demais cursos do IFPE.
- Contemplar, nos currículos do PROEJA, metodologias e materiais didáticos que atendam à especificidade de cada curso, tendo em vista a qualidade da formação oferecida.
- Promover o diálogo constante e sistemático entre os professores da formação geral e profissional para a escolha relevante de conteúdos significativos e para o encaminhamento pedagógico deles.

- Analisar os critérios e a forma de acesso dos estudantes ao IFPE.
- Desenvolver atividades/mecanismos de permanência do educando no IFPE, através de programas preparatórios e de aprofundamento de conteúdos básicos, esportes e lazer, atividades culturais, entre outras.
- Instituir uma política de inclusão para o acesso, permanência e êxito dos discentes.
- Oferecer cursos de qualificação profissional.
- Possibilitar, através do esforço acadêmico, a viabilização de projetos que visem à inclusão, permanência e êxito dos discentes.

9.1.2. PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO:

- Priorizar a pesquisa e a extensão como forma de oferecer educação científica, profissional e tecnológica a segmentos sociais que não são usualmente assistidos pelo IFPE.
- Ampliar a oferta de programas de extensão para as comunidades interna e externa, a partir dos arranjos produtivos locais, criando estratégias para que os professores possam disponibilizar um percentual do esforço acadêmico para esse fim.
- Criar uma política de pesquisa junto aos órgãos de fomento que contemple a especificidade de cada *campus*, utilizando também estratégias para que os professores possam disponibilizar um percentual do esforço acadêmico para esse fim.
- Criar e/ou reestruturar núcleos de pesquisa aplicada nos *campi*, através da melhoria da infraestrutura (laboratórios, ambientes de estudo etc.), de forma a contribuir com o desenvolvimento regional.
- Preparar o trabalho docente, administrativo e a infraestrutura para a inclusão política de extensão, associada à realidade local, de acordo com a situação produtiva da região.

9.1.3. PROGRAMA DE GESTÃO COMPARTILHADA:

- Garantir a realização do orçamento participativo como prática cidadã no IFPE, com a participação paritária de representantes das comunidades interna e externa.

- Fortalecer a relação *intercampi* de forma a garantir a uniformização de procedimentos e adequação das políticas às necessidades e/ou especificidades de cada *campus* do IFPE.
- Estruturar os *campi* física, humana e pedagogicamente, para a implementação das políticas de inclusão.
- Criar e/ou fortalecer as instâncias de representação estudantil do IFPE.
- Implementar mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações que visem à realização e à efetividade das políticas de inclusão, diversidade e igualdade do IFPE.
- Implantar uma sistemática de avaliação institucional, participativa e contínua, com definição clara do que, do por que, do para que e do como avaliar.
- Criar e/ou reativar colegiados ou instâncias equivalentes em cada *campus*, de modo a garantir a participação efetiva na gestão compartilhada.

9.1.4. PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:

- Criar uma política de reconhecimento, valorização e desenvolvimento dos profissionais em educação.
- Implementar políticas de valorização dos servidores e colaboradores do IFPE.
- Desenvolver uma política permanente de formação continuada de docentes e técnicos administrativos em todos os níveis, garantindo e respeitando as especificidades de cada curso, objetivando a qualidade de ensino, contemplando as práticas inclusivas e ajustando, para isso, os currículos e a estrutura física da Instituição.
- Implementar ações de qualificação docente e administrativa para atender aos estudantes do sistema de cotas, com necessidades especiais, de modo a viabilizar a permanência e o êxito do estudante.
- Promover políticas de formação dos professores do PROEJA as quais tenham repercussão direta e efetiva nas ações pedagógicas da sala de aula.
- Garantir recursos didático-pedagógicos, inclusive livros didáticos, nos cursos PROEJA compatíveis com os conteúdos e metodologias propostas nos projetos pedagógicos dos cursos.
- Ofertar curso de licenciatura aos bacharéis do IFPE.

- Implementar uma política de integração e formação didático-pedagógica e humanística obrigatória para os novos docentes concursados.

9.1.5. PROGRAMA DE INCLUSÃO, DIVERSIDADE E CIDADANIA (atendimento, assistência ao estudante, cotas etc.):

- Ampliar programas de inclusão que superem a improvisação e as limitações da participação das pessoas com necessidades especiais na integralidade das atividades pedagógicas vivenciadas no Instituto.
- Garantir atendimento especializado (apoio psicopedagógico, assistência social) condizente com a demanda do Instituto.
- Garantir a indissociabilidade entre as políticas que valorizem a diversidade, especialmente no que se refere às questões étnicas, culturais, de gênero, religiosas etc., promovendo trabalhos educativos para o desvelamento e diminuição dos estigmas.
- Criar ou intensificar ações afirmativas que possibilitem o acesso de populações até agora excluídas do IFPE. Ex.: creche para filhos de mães estudantes e funcionárias, complemento de renda, bolsa de estudo, auxílio-transporte, auxílio-alimentação e ampliação de vagas nos internatos femininos (nos *campi* que possuam internatos).
- Criar canais de acesso às comunidades locais (indígenas, quilombolas, por exemplo).
- Definir políticas de inclusão a serem implementadas no IFPE, no que se refere às comunidades indígenas e quilombolas nos municípios de sua abrangência, bem como a outras diversidades;
- Adequar ações educativas já previstas nas políticas públicas acerca da diversidade, inclusão e igualdade. Ex.: lei da questão étnica racial.
- Estabelecer uma política de combate ao racismo e ao sexismo no IFPE.
- Promover eventos culturais e científicos, com temáticas que incluam as diversidades.
- Promover ações socioeducativas para a promoção da cultura de paz no IFPE.

9.1.6. PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO ENTRE SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E TRABALHO:

- Manter diálogo permanente, contínuo, sistemático e institucional com as instâncias da sociedade civil organizada, tendo em vista práticas educativas voltadas para a inclusão, diversidade e cidadania.
- Criar uma política de incentivo à participação ativa nas discussões dos fóruns e conferências da sociedade civil organizada.
- Criar uma política de relacionamento com as redes estadual e municipal, de forma a garantir a inserção do IFPE na construção do processo educacional das regiões, através da participação em conselhos, congressos, fóruns e conferências.
- Estabelecer uma rede de cooperação entre o IFPE e as redes estadual e municipal de ensino, visando ao intercâmbio e à troca de experiências na formação continuada do corpo docente.
- Realizar parcerias com empresas e governos estadual e municipal, tendo em vista o apoio às atividades de estágio, oferecendo como contrapartida ações de integração da família e da comunidade local na comunidade acadêmica.
- Ampliar a celebração de convênios com os setores público e privado, através do fortalecimento da relação Instituição-comunidade.
- Desenvolver ações efetivas de integração com o mundo do trabalho.
- Criar políticas de identificação de demandas dos arranjos produtivos locais para a avaliação de oferta de cursos e estabelecimento de parcerias com as empresas.

10. O SISTEMA DE GESTÃO

Tema: O Sistema de Gestão e a Educação Profissional e Tecnológica.

Na palestra, proferida pelo Professor Dante Henrique Moura, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, intitulada *“O Sistema de Gestão e Educação Profissional e Tecnológica”*, foi enfatizada a importância de se discutir a relação do projeto político pedagógico com a gestão democrática no contexto de construção do IFPE, enquanto nova instituição, chamando-se a atenção para a complexidade de se discutir a gestão democrática no contexto da educação brasileira, em razão da complexidade do Estado e

do sistema educacional, bem como devido à falta de um sistema nacional de educação articulado.

O palestrante considera que a gestão democrática não pode ser pensada a partir da vontade de alguma instituição ou instância administrativa, quer seja ela estadual, federal ou municipal, uma vez que é um princípio do ensino público consagrado na Constituição Brasileira. Se temos o direito à gestão democrática, não podemos esperar que a materialização desse direito seja da vontade individual de um dirigente: ela é conquistada no dia a dia, é algo que vem sendo colocado na sociedade brasileira há algum tempo. Nos anos 1980, temos um período de redemocratização no Brasil, por isso não podemos descolar esse evento do contexto internacional, no qual vem sendo tecida uma determinada concepção de gestão democrática.

O conceito de gestão democrática na educação é construído no meio de profundas mudanças, fim de pós-guerra, crise na economia mundial, “crise do capitalismo”, entre outros aspectos. Nesse contexto, o Estado garante os chamados direitos básicos da cidadania, como: saúde, acesso à educação, segurança pública, moradia e transporte público de qualidade. É uma lógica que não rompe com o modo de produção capitalista. O chamado “bem-estar social” nasce dentro da lógica de valorização do capital.

Por sua vez, a perspectiva gerencialista e hegemônica da gestão, que pensa ser possível gerenciar os problemas da educação como se esta fosse uma empresa, fundamentada no pensamento neoliberal, que coloca no mercado a capacidade e o poder de resolver todas as questões da sociedade, onde tudo se resume à lei da oferta e da procura, que é uma lei do mercado, submetia o campo dos direitos sociais também a essa lógica.

Nessa ótica, se fortalece o discurso de descentralização: transferência de responsabilidades dos sistemas de ensino para as escolas, atribuindo-lhes autonomia sem as condições concretas para o exercício dessa autonomia. A educação, nesse sentido, vira um serviço, e a iniciativa privada pode e deve atuar, ofertando uma prestação de serviço que corresponde a uma contrapartida: o pagamento. Assim, a lógica da competitividade entra nos sistemas e instituições de ensino, tanto no âmbito da rede privada como na esfera pública, potencializando a competição entre as escolas, contrariamente ao que diz a Constituição: os sistemas de ensino devem funcionar em regime de mútua cooperação.

O professor Dante Moura esclarece que uma gestão democrática não é simplesmente efetuar eleição direta: esta é um elemento necessário, mas não é uma garantia de

direitos. Democracia pressupõe um conflito no campo das ideias, que vai gerar um diálogo.

10.1 PROPOSTAS E AÇÕES

Questões norteadoras:

- Quais os desafios da gestão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no IFPE?
- Quais são as proposições para a superação dos desafios identificados?

O tema do III *Fórum* foi desenvolvido pelo Professor Dante Henrique Moura, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Ele enfatizou, inicialmente, a importância de se definir a relação do projeto político-pedagógico com a gestão democrática no contexto de reconstrução do IFPE, enquanto nova instituição. Porém, deve-se atentar para a dificuldade de se discutir a gestão democrática no contexto da educação brasileira, dada a complexidade do Estado e do sistema educativo, bem como a falta de um sistema nacional de educação articulado.

Segundo o palestrante, a gestão democrática é algo que vem sendo colocado na sociedade brasileira há algum tempo. Nos anos 1980, experimenta-se um período de democratização brasileira. Convém destacar que não podemos descolar esse evento do contexto internacional, no qual vem sendo tecida uma determinada concepção de gestão democrática. Nesse contexto, apresentam-se duas concepções desse tipo de gestão: a vigente, considerada hegemônica, construída ao longo dos últimos anos; e a outra, gerada nas discussões acadêmicas.

O conceito de gestão democrática na educação é tecido em meio a profundas mudanças: fim do pós-guerra, contexto de crise na economia mundial, “crise do capitalismo”, entre outras. Nessa realidade, o Estado garante os chamados direitos básicos da cidadania, como saúde, acesso à educação, segurança pública, moradia e transporte público de qualidade. É uma lógica que não rompe com o modo de produção capitalista (o chamado “bem-estar social” nasce dentro da lógica de valorização do capital).

Os GTs identificaram os seguintes desafios da gestão da EPT no IFPE:

- Construir uma gestão democrática, garantindo decisões colegiadas, harmonizando as determinações externas com a autonomia interna.
- Aplicar instrumentos de avaliação que garantam a qualidade da gestão.
- Superar a desarticulação entre os chefes de departamentos, coordenadores, professores e entre os diversos departamentos.
- Criar um plano de gestão democrática do IFPE.
- Planejar uma gestão que contemple a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- Estabelecer os limites disciplinares do IFPE com a participação de todos os segmentos.
- Potencializar a eficiência da comunicação de cada *campus* e entre os *campi*, melhorando a comunicação interna e externa na instituição.
- Utilizar mecanismos para assegurar a participação democrática (colegiados, conselhos, representatividade), com bases legais.
- Ampliar o número de bolsas para iniciação científica e a participação dos estudantes em eventos.
- Desenvolver o planejamento pedagógico em todos os níveis, garantindo o financiamento do ensino, da pesquisa e da extensão.
- Elaborar instrumentos de avaliação que garantam a qualidade da educação.
- Implantar avaliação interna envolvendo os discentes dos cursos técnicos.
- Implantar sistema de avaliação dos cursos técnicos semelhante ao modelo da matriz do SINAES e instituir no calendário institucional a avaliação de gestão.
- Orientar pedagogicamente os docentes para desenvolverem a formação integral dos estudantes, garantindo a qualidade na educação.
- Promover a oferta de cursos de qualificação para os docentes, considerando os aspectos didáticos e metodológicos dos diferentes perfis dos professores.
- Promover a formação inicial compulsória em nível de licenciatura, oferecida pelo IFPE, para os docentes ingressantes que não tenham essa formação.
- Promover a formação pedagógica inicial, quando for o caso, e continuada para docentes em plano de carreira no IFPE.
- Definir os cursos de acordo com a realidade local e suas perspectivas, contratando para esse fim pesquisas de demanda.

- Proporcionar formação científica e técnico-pedagógica aos servidores técnicos, a fim de que possam contribuir com a formação integral dos estudantes e com uma educação de qualidade.

Diante desses desafios, foram apresentadas as seguintes proposições para sua superação:

- Harmonizar o projeto educativo com a função social/missão do PPPI, promovendo a revisão dos documentos institucionais após a conclusão do PPPI (PDI, Plano de Capacitação e Organização Didática, Esforço Acadêmico e outros), através de comissões *intercampi*.
- Criar, além dos conselhos já existentes, o Conselho Diretor, os Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão, os Conselhos Departamentais e o Colegiado de Cursos Técnicos e Superiores, com base no art. 9º e 24 do Estatuto do IFPE, como assegura a LDB (Lei nº 9.394/96) e a Constituição Federal.
- Criar mecanismos para melhorar a comunicação interna e externa de cada *campus*.
- Sinalizar os espaços do IFPE com placas que indiquem os ambientes.
- Criar rádios comunitárias, reestruturar a página do IFPE e garantir sua constante atualização.
- Reativar os endereços eletrônicos institucionais em todos os *campi*.
- Utilizar os meios de comunicação para dar publicidade aos atos institucionais, garantindo transparência às ações e propostas dos gestores.
- Promover uma melhor articulação entre os setores do instituto, principalmente entre a pedagogia, psicologia e serviço social.
- Criar e/ou reestruturar o projeto pedagógico dos cursos do IFPE de forma coletiva e participativa, instituindo comissões dentro dos cursos para a reestruturação deles.
- Discutir e aprovar os projetos curriculares nas instâncias de colegiados de cada curso.
- Elaborar o planejamento pedagógico, garantindo o financiamento do ensino, pesquisa e extensão, bem como a formação continuada dos profissionais da educação.
- Elaborar um projeto didático que garanta a função social do IFPE, harmonizando objetivos, metodologias, recursos e avaliações. Para contribuir com essa ação,

disponibilizar no *site* institucional a matriz e ementa das disciplinas, assim como promover reuniões pedagógicas sistemáticas e o planejamento de cursos e aulas.

- Estabelecer horário geral de aula de acordo com os princípios pedagógicos para tal fim, com acompanhamento pedagógico.
- Promover a articulação entre o calendário acadêmico e o sistema de controle acadêmico em relação a prazos e objetivos.
- Garantir a democratização do acesso ao IFPE através de processos comprometidos com a ética da inclusão, da permanência e conclusão dos cursos com êxito. Para tal fim, implantar política de apoio aos estudantes de escolas públicas para participarem do processo de seleção. Após a entrada, propiciar apoio aos estudantes ingressos que apresentarem defasagem de conteúdo.
- Garantir a elevação do nível de ensino e o atendimento às especificidades dos cursos de cada *campus*.
- Elaborar planos de ensino que atendam às necessidades específicas de cada componente curricular e do estudante.
- Garantir que o currículo esteja articulado com o mundo do trabalho através de levantamento de demandas, facilitando a inserção dos estudantes egressos e estabelecendo novas parcerias que ampliem a oportunidade de estágios.
- Garantir transparência e participação no planejamento, administração e aplicação dos recursos financeiros, através da prestação de contas periódica à comunidade escolar.
- Instituir grupos de trabalho intersetoriais e *intercampi* de modo a propiciar o planejamento participativo e a tomada de decisão coletiva.
- Instituir os cargos de coordenador de curso e área com gratificação.
- Formalizar procedimentos administrativos.

11. UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Tema: A Relação da EPT com a Universalização da Educação Básica e a Democratização do Ensino Superior.

Na palestra proferida pelo Professor Gaudêncio Frigotto, da Universidade Federal Fluminense, intitulada “*A Relação da EPT com a Universalização da Educação Básica e a Democratização do Ensino Superior*”, foram apresentados alguns dados contextuais para a compreensão do panorama geral em que se encontra a educação brasileira: somente 1% dos jovens brasileiros consegue ter acesso ao ensino federal, constituído pelas Instituições Federais de Educação; 25% conseguem concluir o ensino médio em idade normal e 25% realizam o ensino médio em condições precárias.

O palestrante relatou fatos de uma pesquisa que vem realizando sobre o que acontece com os jovens depois de acabarem o ensino médio até entrarem na universidade. Em sua pesquisa, constatou que alguns jovens tentam romper com sua trajetória de exclusão, retomando seus estudos, através de programas como o PROEJA. Entre esses, alguns conseguem chegar a concluir seu curso universitário.

Após esse panorama contextual, o palestrante falou sobre a importância de se refletir sobre a educação básica, educação tecnológica e superior a partir dos seguintes princípios: a) nenhuma modalidade da educação está separada da sociedade, cada qual faz parte da sociedade; então, a escola não é uma instituição estática, ela depende dos sujeitos, de sua intencionalidade, de projetos, de utopias; b) a educação tecnológica ou profissional sem a educação básica não atende às dimensões científica, sociopolítica e, muito menos, cidadã.

O Professor Frigotto considera que a educação não está desvinculada de aspectos mais gerais da sociedade, por isso toma como referência a ideia de Celso Furtado: o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, é uma forma societária do desenvolvimento. Assim, o Brasil pode passar de um país subdesenvolvido ou em desenvolvimento para um país desenvolvido.

O palestrante considera que o capitalismo central nos impede de crescer. Como consequência, temos estatísticas de analfabetismo, trabalho informal, hipertrofia do trabalho simples e pouca adesão ao consumo, indicadores clássicos e tradicionais para medir desenvolvimento.

Ainda como crítica da razão dualista, o palestrante citou Francisco de Oliveira, que escreveu nos anos 1970 um texto chamado “Ornitorrinco” – animal que ao mesmo tempo é pássaro e mamífero, que não pode se desenvolver nem como pássaro nem como mamífero: há uma impossibilidade genética. Ele considera que o Brasil é um ornitorrinco com contradições extremas: ricos e pobres, analfabetos, sem-terra, boias-frias, PROEJA, Fome Zero, políticas de inclusão etc.

Lembrou ainda que Florestan Fernandes refina essa ideia, explicando mais a realidade, trazendo o conceito de capitalismo dependente e desenvolvimento desigual, mostrando que a burguesia brasileira associa-se aos grupos econômicos do capitalismo hegemônico, surgindo assim alianças e conflitos de classe.

De acordo com Frigotto, no Brasil, são escassos os investimentos na educação profissional e tecnológica. Em consequência, são produzidos poucos conhecimentos e tecnologias, considerando-se que essa produção, para uma classe dirigente, torna-se irrelevante, uma vez que conhecimentos e tecnologias podem ser importados de outros países.

Isso é uma contradição quando, por exemplo, a PETROBRAS e a Vale do Rio Doce necessitam de jovens técnicos que dominem química, física, que possam ler a base científica e técnica existente na eletrônica, na mecatrônica, na saúde do trabalhador e não os encontram. Enquanto isso, dos milhares de jovens que saem das instituições de ensino técnico, alguns vão para o exterior em busca de trabalho. Já os jovens de classe média oriundos de um Ensino Médio de qualidade prosseguem seus estudos na universidade ou vão para fora do país, disputar os postos de trabalho com melhor remuneração. Por outro lado, estudantes que fazem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não têm as especificidades para enfrentar o mundo do trabalho de base tecnológica. Essa é uma contradição que necessita ser explicada.

Então, o que é uma educação básica de qualidade? A qualidade tem dois elementos: materialidade e concepção. Vivemos numa sociedade que contrapõe qualidade à quantidade. Como é possível qualidade para poucos? O palestrante defendeu que, se houvesse educação de qualidade para todos, poderia haver emprego para todos. Democracia seria também qualificar a quantidade. Então, é preciso que a escola básica seja democrática, para que se concretize a democracia na sociedade.

Ele recordou que existe um trabalho muito interessante sobre a escola pública para os “pobres”, a escola que se alarga para menos, acrescentando que há um poema de Manuel de Barros que nos ajuda a entender a sua fala: “A vida me fez crescer pra menos”. E o que é uma escola que cresce para menos? É a escola que faz tudo, menos ser escola. Ela tem que dar conta da violência, da gravidez precoce, da fome e de todos esses problemas que os alunos enfrentam.

Outra tendência atual é inventar uma disciplina para cada nova questão que se apresenta. Assim, vai se confundir questão com problema. A questão é uma pergunta, e o problema é algo para o qual nós ainda não temos base para responder. Daí a

preocupação do palestrante em dizer que, quanto mais clássica é a escola, mais enxuto o currículo, mais potente é a aula, porque se tem a capacidade de trabalhar a unidade no diverso. Fazer um trabalho interdisciplinar não é juntar as disciplinas nem criar uma superdisciplina, é o diálogo de negociação de sentido e significado do processo de conhecimento. Como a história pode dialogar com a matemática, como a arte pode dialogar com a química etc.

Frigotto diz ainda que método ativo é aquele que motiva e ativa. Também é aquele que pode gerar conhecimento: quando se começa a entender algo, desperta-se o interesse. Então, uma das maiores dificuldades de nossa cultura é relacionar a parte com o todo, por exemplo: o próprio currículo. Se o professor de matemática tem um método de ensino e o de geografia outro, esse aspecto não é posto em discussão, pois se considera que cada professor tem sua didática. Como é que fica essa situação na cabeça do estudante?

Na concepção do Professor Frigotto, não existem alunos que têm mais dificuldades de aprendizagem que outros, ou alunos mais inteligentes. Muitas vezes, há um engano em relação aos estudantes que se mostram desinteressados. Portanto, a educação deve aproximar-se, cada vez mais, da realidade do estudante para, com isso, facilitar sua aprendizagem.

Educação democrática é aquela que tem critérios. Onde não existe critério, existe autoritarismo. Por isso que “o diretor da escola não é o dono da escola”, mas sim aquele que cumpre o projeto político-pedagógico. Um projeto tem que ser negociado, discutido na pluralidade dos sujeitos que estão nessa escola. Um PPP que tenha a dimensão democrática.

11.1 PROPOSTAS E AÇÕES

Questão norteadora:

- Que desafios se colocam para o IFPE no que se refere à contribuição para a educação básica, educação técnica e educação superior?

O tema foi desenvolvido pelo Professor Gaudêncio Frigotto, da Universidade Federal Fluminense, que fez uma reflexão sobre a Educação Básica, Técnica e Superior a partir dos seguintes eixos: a) nenhuma modalidade da educação está pendurada na sociedade,

ela é sociedade; então, a escola não é uma instituição parada, ela depende dos sujeitos, de sua intencionalidade, de projetos, de utopias; b) a educação tecnológica ou profissional sem o ensino básico é uma educação que não atende às dimensões científica, sociopolítica e, muito menos, cidadã.

Então, o que é uma educação básica de qualidade? A qualidade tem dois elementos: materialidade e concepção. Vivemos numa sociedade que contrapõe qualidade e quantidade. Como é possível qualidade para poucos? Defende-se que, se tivéssemos uma boa escolaridade para todos, haveria, conseqüentemente, emprego para todos. Democracia é qualificar a quantidade. Então, é preciso que a escola básica também seja democrática, para que se concretize a democracia na sociedade.

As contribuições dos GTs para esse eixo organizam-se como propostas para a educação básica, técnica e superior no IFPE, a partir da construção do conhecimento na perspectiva de uma formação integral para a cidadania que considere os seguintes aspectos:

- O trabalho como princípio educativo, permitindo a compreensão do significado econômico, biopsicossocial, ambiental, histórico, político e cultural das ciências, das tecnologias e das artes.
- A abordagem interdisciplinar.
- A prática profissional como eixo integrador entre conhecimentos gerais e específicos, de forma a garantir os fundamentos das diferentes tecnologias que caracterizam o setor produtivo.

As propostas sistematizadas e apresentadas em plenária para a educação básica foram as seguintes:

- Considerar o curso de educação profissional técnica de nível médio, realizado na forma integrada com o ensino médio, como um curso único.
- Reestruturar as propostas pedagógicas, bem como as abordagens metodológicas do ensino integrado.
- Estabelecer uma política de acompanhamento e assistência aos discentes, para um melhor desenvolvimento do seu processo formativo.

- Oferecer tratamento integrado a todos os componentes curriculares, nos termos do projeto pedagógico da instituição de ensino. Por isso mesmo, essa nova circunstância e esse novo arranjo curricular podem possibilitar uma economia na carga horária mínima exigida, uma vez que é necessário o desenvolvimento de competências cognitivas e profissionais que podem ser facilitadas exatamente por essa integração curricular. Não se pode, portanto, organizar o curso integrado com duas partes distintas – a primeira concentrando-se na formação do ensino médio e a segunda, de um ano ou mais, na formação do técnico, pois o estabelecimento de ensino não estará ofertando dois cursos à sua clientela: trata-se de um único curso, com projeto pedagógico único, com proposta curricular única e com matrícula única. Como se trata de um curso único, realizado de forma integrada e independente, não será possível concluir o ensino médio de forma independente da conclusão do ensino técnico de nível médio e, muito menos, o inverso (Parecer CNE/CEB nº 39/2004).

As propostas sistematizadas e apresentadas em plenária para o ensino técnico foram as seguintes:

- Construir a identidade dos cursos oferecidos no IFPE, procurando integrar a formação técnica e a formação geral de nível médio.
- Instituir e implementar políticas, programas e ações voltados para a valorização dos conhecimentos prévios, bem como para a integração das atividades acadêmicas.
- Proporcionar a atualização tecnológica dos cursos, como também o envolvimento dos docentes na melhoria da qualidade desses cursos, estabelecendo relações com o mundo do trabalho.
- Estabelecer um sistema de avaliação anual de demanda por cursos, para avaliar a pertinência das formações oferecidas pelo IFPE, tendo em vista as necessidades geradas pela demanda social.
- Instituir novas ações pedagógicas visando ao aperfeiçoamento do sistema de cotas, a exemplo do PRO-IFPE, objetivando o acesso, permanência e êxito do estudante.
- Ampliar as ações complementares do PRO-IFPE, no sentido da otimização de módulos básicos complementares para ingressantes com defasagem de aprendizagem nos componentes curriculares de Português, Física e Matemática e demais componentes curriculares, de acordo com o que o acompanhamento pedagógico sinalizar.

- Proporcionar aulas de revisão de conteúdos durante o curso, ministradas por estudantes monitores.
- Continuar assegurando o desenvolvimento da prática profissional (estágio), com a criação de mecanismos que proporcionem um acompanhamento mais eficaz e em consonância com o mercado.
- Ampliar os projetos de extensão existentes e criar novos, com o objetivo de melhorar o diálogo com as comunidades locais.

As propostas sistematizadas e apresentadas em plenária para a educação superior foram as seguintes:

- Implementar as licenciaturas.
- Criar política de verticalização do ensino superior que contemple os cursos de pós-graduação (*stricto e lato sensu*).
- Construir a identidade dos cursos oferecidos no IFPE.
- Buscar o reconhecimento dos cursos no mundo do trabalho e nos seus respectivos órgãos regulamentadores (conselhos).
- Buscar o reconhecimento acadêmico para inserção na pós-graduação (tecnológicos).
- Elaborar programa de divulgação dos cursos superiores.
- Redimensionar o tempo pedagógico dos cursos de nível tecnológico, visando a um maior reconhecimento deles no meio acadêmico, no mundo do trabalho e no registro profissional desses cursos.
- Avaliar a evasão e a retenção por curso.

12. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Tema: Formação e Valorização de Professores.

A palestrante Professora Ilma Passos de Alencastro Veiga, da Universidade de Brasília, proferiu a palestra “*Formação e Valorização de Professores*”, destacando a profissão, o profissionalismo e a profissionalização.

Iniciou sua fala discorrendo sobre a profissão docente, conceituando-a como uma palavra de construção social; que não é neutra, nem científica; que é uma realidade dinâmica e contingente, calcada em ações dos atores sociais. Além de conceituá-la como um produto de um determinado conteúdo ideológico, enfatizou algumas questões relativas aos traços específicos, como conhecimento especializado, formação em nível superior, autonomia, prestígio social, controle de qualidade e código de ética. Nesse contexto, foram feitas algumas reflexões sobre as condições de trabalho e remuneração do professor e sobre o modo como o conhecimento é produzido e avaliado nas instituições educativas.

No que se refere ao profissionalismo, ele é entendido como as características e capacidades específicas da profissão, a expressão da especificidade do exercício profissional, o conjunto de conhecimentos, atuações, destrezas, atitudes e valores que constituem o específico do ser professor. Refere-se ainda à construção coletiva do professor e seus estudantes, contemplando as subjetividades do professor e dos estudantes inseridos na prática, a contestação do profissionalismo técnico-instrumental, utilitarista e pragmático, centrado na ideia de competências (o novo profissionalismo docente deve alicerçar-se em orientações éticas e epistemológicas, teóricas e práticas).

A palestrante mencionou ainda a profissionalização como um processo socializador de aquisição das características e capacidades específicas da profissão, que deve ser entendido no bojo de um conceito de profissão mais social, complexo e multidimensional, que percorre outros caminhos que não são garantidos somente pela formação profissional, mas envolvem alternativas que garantem melhores condições de trabalho e remuneração e a consideração social de seus membros (dignidade e *status*).

A profissionalização é fundamentada nos valores da cooperação entre os indivíduos e no progresso social, não se resumindo à formação profissional, mas envolvendo alternativas que garantem melhores condições de trabalho e ações políticas de resistência e contestação.

A Professora Ilma Passos falou também sobre o professor como tecnólogo do ensino, citando a lógica norteadora (poder constituído), o tipo de formação centrada em competências, cujo objetivo apresenta a formação fragmentada, a característica aligeirada e o conhecimento desvinculado do contexto, a ação docente utilizando meios e estratégias solitárias. Eis aí a concepção de professor como tecnólogo do ensino.

Discorreu, ainda, sobre o professor como agente social que utiliza a lógica norteadora através da concepção crítica de educação, a formação centrada na política

global, com o objetivo de construir um projeto coletivo. Um tipo de formação fundamentada no trabalho e centrada na escola e uma ação docente coletiva e solidária.

Fez parte também da fala da palestrante a questão da identidade profissional do professor em um contexto sociopolítico constituído sobre: os saberes profissionais, as atribuições de ordem ética e deontológica, a cultura do grupo de pertença profissional. Segundo ela, o professor desenvolve sua atividade ao longo de sua vida, desde a escolha de sua profissão, passando pela formação inicial e pelos diferentes espaços onde se dá a formação continuada.

Referenciou ainda o significado que o professor oferece à docência, através de dimensões complementares e do significado social da profissão e seu estatuto, defendendo o seu espaço como um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão. Quanto ao contexto sociopolítico relacionado à identidade profissional, configura-se como uma forma de ser e fazer a profissão.

Por fim, enfatizou que os fatores determinantes do processo de desenvolvimento profissional do docente são: política educacional definida a partir do projeto político-pedagógico, instituições formativas, definição do papel do professor como indivíduo a partir das diretrizes curriculares e consideração das forças sociais.

12.1 PROPOSTAS E AÇÕES

Questões norteadoras:

- Que perfis devem constituir a identidade dos profissionais de educação do IFPE?
- Que propostas podem ser contempladas no PPPI para a melhoria da política de valorização e de formação dos profissionais da educação?

O Eixo Temático V teve a contribuição da palestrante Professora Ilma Passos de Alencastro Veiga, da Universidade de Brasília, que proferiu palestra sobre “*Formação e Valorização de Professores*”, destacando em sua fala a profissão, o profissionalismo e a profissionalização. Foram realizadas algumas reflexões sobre as condições de trabalho e remuneração do professor e sobre o modo como o conhecimento é produzido e avaliado nas instituições educativas.

No que se refere ao profissionalismo, ele é entendido como as características e capacidades específicas da profissão, a expressão da especificidade do exercício

profissional, o conjunto de conhecimentos, atuações, destrezas, atitudes e valores que constituem o específico do ser professor, a construção coletiva do professor e seus estudantes, contemplando as subjetividades do professor e dos estudantes inseridos na prática, a contestação do profissionalismo técnico-instrumental, utilitarista e pragmático, centrado na ideia de competências (o novo profissionalismo docente deve alicerçar-se em orientações éticas e epistemológicas, teóricas e práticas).

A profissionalização deve ser considerada como um processo socializador de aquisição das características e capacidades específicas da profissão, que deve ser entendido no bojo de um conceito de profissão mais social, complexo e multidimensional, que percorre outros caminhos que não são garantidos somente pela formação profissional, mas envolvem alternativas que garantem melhores condições de trabalho e remuneração e a consideração social de seus membros (dignidade e *status*).

A profissionalização é fundamentada nos valores da cooperação entre os indivíduos e no progresso social, não se resumindo à formação profissional, mas envolvendo alternativas que garantem melhores condições de trabalho e ações políticas de resistência e contestação.

É importante ressaltar o papel do professor como agente social que utiliza a lógica norteadora através da concepção crítica de educação, a formação centrada na política global, com o objetivo de construir um projeto coletivo. Um tipo de formação fundamentada no trabalho e centrada na escola e uma ação docente coletiva e solidária.

Os fatores determinantes do processo de desenvolvimento profissional do docente são: política educacional definida a partir do projeto político pedagógico, instituições formativas, definição do papel do professor como indivíduo a partir das diretrizes curriculares e consideração das forças sociais.

As propostas referentes aos perfis que devem constituir a identidade dos profissionais de educação do IFPE foram organizadas a partir de segmentos de atuação profissional no Instituto:

12.1.1. PERFIL IDENTITÁRIO PARA OS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

- Perfil emocional: ser proativo, emocionalmente ético, empático, criativo, intuitivo, motivado, coerente.
- Ser comprometido com os processos, projetos e programas, tendo em vista a função social da Instituição.

- Ser informado sobre a cultura, a organização e os processos institucionais.
- Ser participante da ética do cuidado, no que diz respeito à sua formação pessoal e profissional, tendo em vista a construção da cidadania.
- Ser conhecedor do campo do saber da educação profissional e tecnológica.
- Ser atualizado na área específica de atuação profissional e em tecnologias da informação e comunicação.
- Apresentar qualidade no atendimento e acompanhamento dos estudantes.
- Estar capacitado para atender com qualidade ao público.
- Ser planejador e executor de ações para a organização institucional.
- Assumir postura de educador.
- Dominar o conteúdo da área de atuação.
- Ter formação em educação e gestão educacional.

Propostas para o desenvolvimento do Perfil desejado do corpo de Técnico-administrativos:

- Perfil que deve constituir a identidade dos profissionais de Educação do IFPE.
- Incluir, na política de formação continuada, um currículo de educação emocional e de relações interpessoais.
- Garantir as construções democráticas, coletivas e colegiadas dos processos institucionais no IFPE.
- Qualificar e democratizar a dinâmica de informação no IFPE, para que todos tenham acesso à informação.
- Instituir política de formação que contemple as necessidades dos vários segmentos e dos vários servidores, concebida a partir da ética do cuidado.
- Proporcionar formação continuada acerca de EPT para os servidores do IFPE e atrelar, nos editais de seleção, a partir de agora, a formação em EPT.
- Instituir programa de incentivo e orientação à produção autoral, bem como de acompanhamento dela, nos mais diversos gêneros acadêmicos.
- Instituir programa de formação permanente nas tecnologias da informação e comunicação.
- Compatibilizar, visando a um acompanhamento de qualidade, a relação entre o número de servidores administrativos e o de estudantes atendidos.
- Identificar a formação prévia dos servidores, tendo em vista a adequação entre as suas aptidões e o exercício do seu trabalho no IFPE.

- Construir espaço de convivência e de diálogo no IFPE.
- Proporcionar reconhecimento do profissional e valorização financeira.
- Propiciar condições de trabalho adequadas (ambiente confortável, seguro, com os recursos materiais necessários).
- Estimular a participação nos processos decisórios, como fóruns, conselhos, associações etc.
- Incentivar a participação em cursos, eventos e processos formativos.
- Ofertar cursos de formação voltados para a tecnologia assistiva (Libras, por exemplo).
- Instituir política de formação para atuar no processo de verticalização do ensino, como o oferecimento de cursos de mestrado e doutorado.
- Realizar levantamento das necessidades de formação dos técnicos administrativos.
- Aperfeiçoar o processo de avaliação do período probatório.
- Instituir processos de formação, abordando a qualidade no atendimento ao público (interno e externo).
- Instituir avaliação institucional da atuação dos técnicos administrativos pelos estudantes e professores, com sistematização de indicadores, de forma a subsidiar processos de formação desses profissionais.
- Desenvolver políticas para que os servidores técnicos administrativos assumam cargos compatíveis com a sua formação.
- Possibilitar formação específica para os servidores técnicos administrativos, de forma a buscar as ferramentas necessárias ao desempenho de suas funções, conforme lotação de trabalho, através de congressos, palestras, cursos de qualificação, graduação e/ou pós-graduação, entre outros, dentro do período de estágio probatório do profissional.
- Trabalhar com terapias ocupacionais, visando à saúde do profissional.

12.1.2. PERFIL IDENTITÁRIO PARA OS DOCENTES

- Perfil pedagógico: ser conhecedor dos saberes didático-pedagógicos de como construir o conhecimento de seu objeto específico em sala de aula.
- Estabelecer carga horária compatível com os processos de formação e com outras atividades inerentes à docência (pesquisa e extensão).

- Definir quantitativo de estudantes atendidos: qualidade no acompanhamento do estudante.
- Ser leitor de bibliografia atualizada de sua área específica e dos saberes didático-pedagógicos.
- Manter-se atualizado quanto às temáticas contemporâneas e trabalhar coletivamente na perspectiva da inter e/ou transdisciplinaridade.
- Gostar do que faz e empenhar-se em executar de maneira satisfatória a sua função.
- Dominar os conhecimentos e o processo de ensino-aprendizagem, bem como a organização do trabalho pedagógico.
- Ter uma visão de mundo comprometida com as transformações sociais, além de dominar um campo de conhecimento específico.
- Ter coerência entre o discurso e a prática, assumindo uma postura ética e flexível, aberta ao diálogo, considerando que o conhecimento é construído coletivamente.
- Ser político, democrático, envolvido na dinâmica social e escolar.
- Estar aberto aos processos de mudanças que ocorrem na sociedade, avaliando-as de forma crítica e reflexiva.
- Possuir formação humanística, sólida formação pedagógica e específica.
- Ter disposição para buscar atualização constante dos conhecimentos de sua área, considerando as exigências do mundo do trabalho.
- Ter compromisso com os estudantes, com a instituição, com as atividades docentes, administrativo-pedagógicas e com os projetos institucionais.
- Considerar os discentes como sujeitos ativos e em constante processo de construção dos seus conhecimentos.
- Ter conhecimento sobre as legislações educacionais e demais temas referentes aos princípios e regras que regem a educação nacional e o IFPE, em especial.
- Atuar com metodologias diferenciadas, pertinentes à sua área de atuação, promovendo uma maior interação e participação dos estudantes.
- Conhecer a cultura organizacional.
- Comprometer-se com a função social da Instituição.

Propostas para o desenvolvimento do perfil desejado do corpo docente:

- Acompanhar pedagógica e sistematicamente o tempo-espaço de formação de saberes, contabilizados no esforço acadêmico com pontuação suficiente.
- Redimensionar a relação entre número de estudantes e número de professores, a fim de possibilitar uma lógica de qualidade de construção do conhecimento em todos os âmbitos da função social do IFPE.
- Promover a aquisição e disponibilização constante de acervo bibliográfico, periódicos e de conhecimento veiculado em outras mídias.
- Socializar experiências pedagógicas entre os professores, com vistas ao planejamento dos diversos conteúdos, na perspectiva do ensino integrado e da consideração do estado da arte das várias áreas do conhecimento.
- Construir espaço de convivência e de diálogo.
- Possibilitar o reconhecimento do profissional e valorização financeira dele.
- Propiciar condições de trabalho adequadas (ambiente confortável, seguro, com os recursos materiais necessários).
- Estimular a participação nos processos decisórios, como fóruns, conselhos, associações etc.
- Incentivar a participação em cursos, eventos e processos formativos.
- Ofertar cursos de formação voltados para a tecnologia assistiva (Libras, por exemplo).
- Institucionalizar a avaliação da atuação docente pelos estudantes com sistematização de indicadores, de forma a subsidiar processos de formação dos professores.
- Aperfeiçoar os processos seletivos de entrada do professor na instituição, considerando o perfil desejado.
- Aperfeiçoar o processo de avaliação do período probatório.
- Estimular os professores do PROEJA a fazer especialização ou capacitação nessa área.
- Estabelecer, em edital de concurso, a obrigatoriedade de capacitação docente antes das atividades em sala de aula, caso o professor não seja licenciado.
- Estabelecer políticas de inclusão tecnológica.
- Incentivar ações no sentido de ampliar as atividades de pesquisa e extensão.
- Estruturar o esforço acadêmico, de modo a garantir a atuação do docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13. CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO

Tema: Proposta curricular – As diversas dimensões do currículo: reflexões para a construção do PPPI.

A palestrante Maria Núbia Medeiros de Araújo Frutuoso, do IFPE, proferiu a palestra *“Reflexões sobre Currículo”*, discorrendo desde o seu significado etimológico até o seu conceito mais amplo. Segundo ela, o currículo é entendido *“como um conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenção educativa”*. Na sequência, apresentou algumas abordagens de currículo na perspectiva das Políticas Educacionais Nacionais; das Diretrizes Curriculares Nacionais; dos Planos Pedagógicos; dos conteúdos a serem ensinados e aprendidos; dos Processos de Avaliação e, finalmente, dos Livros Didáticos.

Aprofundando as reflexões, a palestrante apresentou diversas concepções de currículo presentes no discurso pedagógico contemporâneo:

- currículo como política cultural, considerando que ele não transmite apenas fatos e conhecimentos objetivos, mas também constrói significados e valores socioculturais;
- currículo como espaço em que se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o contexto sociopolítico;
- currículo como território de lutas em torno de significados, constituído por valores, saberes e competências, representações que fazem parte do cotidiano da escola sem jamais figurarem nos programas oficiais;
- currículo como cristalização de saberes práticos, receitas de “sobrevivência” ou valores de contestação, florescendo das sombras do currículo oficial e, conseqüentemente, escapando de todo controle institucional.

Nessa última perspectiva, o currículo se caracteriza como uma “caixa preta”, sendo papel da teoria curricular desvelar o que se passa no interior da sala de aula e da escola, e não somente aquilo que se passa na entrada e na saída. O que se passa no interior da escola deve ser compreendido como um conjunto de processos interacionais entre os indivíduos que ocupam diferentes posições institucionais e sociais.

A palestrante destacou ainda os modos de regulação institucional do currículo oficial, bem como a regulação do trabalho do professor mediante o enquadramento de suas

práticas pedagógicas pela formação. Tal perspectiva tem como agravante a fragilização da autonomia profissional do trabalho organizado (sindicatos).

O debate se situou no processo de globalização, destacando seus impactos na autonomia institucional, bem como a qualidade para a “concorrência” no trabalho educativo, quando os objetivos são definidos centralmente. Nesse cenário, vem ganhando destaque o currículo transnacionalizado. Tal perspectiva tem apontado para três mudanças significativas que vêm influenciando profundamente os sistemas educativos:

- Mudanças no contexto político mais abrangente – o Estado não é mais o detentor do monopólio da educação, o que significa que o “nacional” deixa de ser o único plano de análise e governo dos sistemas educativos;
- Mudanças na arquitetura dos sistemas educativos – eles passam a ser construídos a partir da modernidade, problemas fundamentais do capitalismo, “gramática da escola” e educação das sociedades contemporâneas;
- Mudanças quanto ao valor atribuído aos sistemas educativos para satisfação das exigências criadas.

A partir desse contexto, a palestrante apresentou a interdisciplinaridade como uma proposta filosófica mundial, capaz de romper barreiras, possibilitando a inovação e o trato dos novos conhecimentos. Isso porque a ação colaborativa que a interdisciplinaridade requer sugere a escolha de novos caminhos para a construção do conhecimento e da pesquisa, além da construção de novos cenários pedagógicos.

Ressaltou ainda que conceitos como multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade supõem diferentes níveis de diálogo entre os saberes presentes na dinâmica social.

A segunda palestra foi proferida por Edilene Rocha Guimarães, do IFPE, com o tema *“A (Re)Significação do Projeto Educativo do Ensino Médio”*. A palestrante apresentou a concepção de formação politécnica para desenvolver a temática da palestra. Segundo a professora, a proposta de escola única para todo o ensino médio, através de uma formação politécnica que considere o “trabalho como princípio educativo”, foi alvo de discussão na Câmara dos Deputados durante o processo de tramitação da LDB em vigor. Com a noção de politecnia, pretendia-se

a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral. Tratava-se de estender ao ensino médio processos de trabalho real, possibilitando-se a assimilação não apenas teórica, mas também prática dos princípios científicos que estão na base da produção moderna (CIAVATTA, 2005, p.84).

Segundo Saviani (1997), a ideia de politecnia que havia orientado a elaboração da proposta preliminar foi descaracterizada ao longo do processo, restando no documento aprovado da LDB – Lei nº 9.394/1996 – apenas o proposto no inciso IV do artigo 35, que proclama, como finalidade do ensino médio, “a *compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos*”. Isso é reiterado no inciso I do parágrafo 1º do artigo 36 da mesma lei, que cita o “*domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna*”.

Assim, o texto aprovado da LDB – Lei nº 9.394/1996 –, de acordo com a palestrante, acabou retomando a dualidade entre educação geral e formação profissional, dispondo sobre o oferecimento da educação profissional de nível técnico apenas em “articulação” com o ensino médio.

No início dos anos 2000, com a instalação do Governo Lula, houve a preocupação de se estabelecer um debate amplo com a sociedade civil sobre o ensino médio e a educação profissional, resgatando o ideário da politecnia e o princípio da formação humana em sua totalidade, presente no projeto inicial da LDB. Nessa perspectiva, a educação profissional estaria vinculada a uma formação ampla e integral, não estando pautada, portanto, pelos interesses do mercado.

A palestrante também destacou a existência de correntes teóricas favoráveis a uma escola que respeite as diferenças e que seja universal e unitária, numa ressignificação da politecnia na perspectiva defendida por Gramsci, bem como de abordagens que questionam a validade universal de qualquer conhecimento transmitido pela escola e, conseqüentemente, a possibilidade de um currículo nacional. Além disso, discutiu uma terceira abordagem, segundo a qual a objetivação da escola politécnica no sistema capitalista constitui uma impossibilidade histórica. Nesse sentido, a proposição é que se formulem políticas afirmativas específicas para os trabalhadores enquanto conquistas parciais, promovendo um processo de transição que vise à superação da dualidade estrutural presente no capitalismo.

Questionando a profissionalização do adolescente no ensino médio, uma vez que, no projeto pedagógico de Gramsci, o ensino secundário privilegia o trabalho como “princípio educativo”, a palestrante adotou a defesa de que a profissionalização deve ser reservada

ao ensino superior. Nesse sentido, a integração do ensino médio com o ensino técnico é compreendida como uma necessidade social e histórica, e uma possibilidade concreta de efetivação da educação tecnológica para os trabalhadores e de formação integral, constituindo-se numa transição necessária rumo ao ensino médio politécnico.

Citando Ramos (2005, p. 108), a palestrante apresentou os pressupostos para o currículo do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, com base no Decreto nº 5.154/2004:

- Conceber o sujeito como ser histórico-social concreto, capaz de transformar a realidade em que vive;
- Visar à formação humana como síntese de formação básica e formação para o trabalho;
- Ter o trabalho como princípio educativo, no sentido de que o trabalho permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes;
- Ser baseado numa epistemologia que considere a unidade de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos e numa metodologia que permita a identificação das especificidades desses conhecimentos quanto à sua historicidade, finalidades e potencialidades;
- Estar baseado numa pedagogia que vise à construção conjunta de conhecimentos gerais e específicos, no sentido de que os primeiros fundamentam os segundos, e esses evidenciam o caráter produtivo concreto dos primeiros;
- Ser centrado nos fundamentos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno, tendo como eixos o trabalho, a ciência e a cultura.

De acordo com a Professora Edilene Rocha, a integração curricular surge como proposição da política curricular nos anos 2000. O Decreto nº 5.154/2004 trouxe de volta toda uma discussão sobre integração curricular, (re)significando conceitos com vistas à superação da fragmentação do conhecimento e da dualidade historicamente constituída entre conhecimento geral e específico no ensino médio.

A integração coloca as disciplinas numa perspectiva relacional, na qual as fronteiras entre as disciplinas tornam-se pouco nítidas, promove maior autonomia de professores e estudantes, mais integração dos saberes escolares com os saberes cotidianos (BERNSTEIN, 1996). O currículo integrado vem sendo proposto como tentativa de

contemplar uma compreensão global do conhecimento e de promover maiores parcelas de interdisciplinaridade na sua construção, contribuindo para a superação da fragmentação do ensino, tendo em vista a formação integral dos estudantes.

Nessa direção, importa que o currículo no ensino médio integrado contemple as diferentes dimensões para a formação integral, a saber: a formação do homem coletivo, a formação do homem-indivíduo, a formação do homem histórico e a formação do homem ecológico. Essas dimensões da formação são sustentadas nos princípios da solidariedade, ética, pluralidade cultural e sustentabilidade, que estão imbricados em complexas relações socioambientais, as quais promovem inter-relações entre trabalho, ciência, cultura e meio ambiente, objetivando o exercício de uma cidadania ativa, numa concepção de educação que visa ao desenvolvimento social e emocional do homem.

De acordo com a abordagem defendida pela palestrante, constituem princípios para a integração curricular (GUIMARÃES, 2008):

- Compreensão da complexidade da relação entre política e prática curricular e, nela, a construção do conhecimento escolar;
- Compreensão da cidadania como o centro do processo educativo;
- Concepção de homem como ser histórico, social e ecológico, capaz de transformar a realidade em que vive;
- Concepção de educação em direitos humanos, visando ao desenvolvimento social e emocional do homem;
- Concepção de trabalho como princípio educativo, permitindo a compreensão do significado econômico, social, ambiental, histórico, político e cultural das ciências, das tecnologias e das artes;
- Contextualização dos saberes escolares na articulação entre os saberes científicos e os saberes cotidianos;
- Abordagem interdisciplinar que considera a prática profissional como eixo integrador da relação conhecimentos gerais e específicos;
- Priorização dos fundamentos das diferentes tecnologias que caracterizam os processos produtivos;
- Integração entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como eixos integradores o trabalho, a ciência, a cultura e o meio ambiente, numa perspectiva socioambiental.

O currículo integrado pensado nesses termos é, na visão da palestrante, composto por uma rede de relações complexas que envolvem a formação integral. A cidadania

aparece como centro do processo educativo, como forma de garantir as dimensões da formação integral do homem coletivo, individual, histórico, ecológico, que são sustentadas nos princípios da solidariedade, ética, pluralidade cultural e sustentabilidade. O trabalho, a ciência, a cultura e o meio ambiente são caracterizados como eixos integradores do currículo, os quais estão imbricados em relações socioambientais. As inter-relações desenvolvidas entre prática profissional, base comum, base diversificada e base tecnológica, as quais perpassam todo o desenvolvimento do currículo, objetivam o exercício de uma cidadania ativa, como forma de intervir nas condições socioambientais das comunidades locais.

A partir dessa rede de relações, a palestrante propôs um caminho metodológico para a integração curricular que compreende o conhecimento como algo complexo e provisório, que se renova a partir do diálogo entre as diversas áreas do saber e cultiva o prazer cultural e a postura crítica, criativa e investigativa. O problema a ser estudado surge da realidade através da coleta de dados, que são inseridos no processo de reprodução e produção do conhecimento pelos alunos e professores, para análise científica em laboratórios e nas salas de aula. Os resultados desse diálogo voltam para a realidade concreta, através de ações de intervenção crítica na vida cotidiana das comunidades locais.

A proposta de integração curricular apresentada para o ensino médio integrado preserva as disciplinas e organiza o currículo por unidades didáticas integradas, desenvolvidas no período de um ano letivo. O tempo total do curso (quatro anos) possibilitaria a vivência de quatro unidades didáticas integradas, que terão a prática profissional como eixo integrador da relação teoria e prática, conforme descrito a seguir:

- **1ª Unidade Didática Integrada:** Concepções teóricas e estudos empíricos sobre trabalho, ciência, cultura e meio ambiente. Tempo total: 1 ano = 1º semestre letivo + 2º semestre letivo;
- **2ª Unidade Didática Integrada:** Intervenção crítica no contexto comunitário local solidário. Tempo total: 1 ano = 3º semestre letivo + 4º semestre letivo;
- **3ª Unidade Didática Integrada:** Intervenção crítica no contexto dos movimentos sociais e das organizações governamentais e não governamentais. Tempo total: 1 ano = 5º semestre letivo + 6º semestre letivo;

- **4ª Unidade Didática Integrada:** Apropriação de tecnologias específicas no contexto da produção material. Tempo total: 1 ano = 7º semestre letivo + 8º semestre letivo.

1ª Unidade Didática Integrada: Concepções teóricas e estudos empíricos sobre trabalho, ciência, cultura e meio ambiente.

Essa unidade didática integrada busca desenvolver estudos teóricos contextualizados com dados empíricos sobre as inter-relações entre trabalho, ciência, cultura e meio ambiente, numa perspectiva socioambiental, abordando temas como: aquecimento global, resíduos sólidos, energias alternativas, economia solidária, poluição ambiental, saúde ambiental, educação ambiental, unidades de conservação, biodiversidade da fauna e flora regional, cultura popular, paisagens nordestinas, entre outros. Podem-se realizar aulas de campo para coleta de dados empíricos (ex.: visita a uma unidade de conservação) e palestras de profissionais especialistas no tema abordado, criar projetos de iniciação científica e atividades de extensão que visem à participação dos alunos em empreendimentos ou projetos de interesse social ou cultural. O trabalho de conclusão da unidade didática integrada pode ser apresentado em forma de artigo científico.

2ª Unidade Didática Integrada: Intervenção crítica no contexto comunitário local solidário.

Essa unidade didática integrada pretende realizar uma intervenção crítica nas comunidades vizinhas ao ambiente escolar, como forma de contribuir com a melhoria da qualidade de vida das populações locais. De acordo com a área profissional do curso, podem-se realizar oficinas de: educação ambiental, saúde coletiva, economia solidária, manutenção de equipamentos, projetos de construção civil, análises bioquímicas, prevenção de riscos ambientais, turismo ecológico, entre outras. Da mesma forma, podem-se criar projetos comunitários de inovação tecnológica, que visem a ecoempreendimentos solidários, bem como programas de estágio de contato com o mundo do trabalho. O trabalho de conclusão da unidade didática integrada pode ser apresentado em forma de relato de experiência.

3ª Unidade Didática Integrada: Intervenção crítica no contexto dos movimentos sociais e das organizações governamentais e não governamentais.

Essa unidade didática integrada visa a realizar uma intervenção crítica no contexto dos movimentos sociais e das organizações governamentais e não governamentais, como forma de contribuir com os processos internos desenvolvidos por essas instituições. De acordo com a área profissional do curso, podem-se desenvolver: programas de saúde coletiva, programas de prevenção de riscos ambientais, programas de gerenciamento de energia, programas de saneamento ambiental, programas de gerenciamento de resíduos, programas de certificação de qualidade ambiental, programas de gerenciamento de eventos, entre outros. Do mesmo modo, podem-se criar projetos de inovação tecnológica, que visem à otimização de processos organizacionais, assim como programas de estágio de prestação de serviço civil. O trabalho de conclusão da unidade didática integrada pode ser apresentado em forma de relatório técnico-científico.

4ª Unidade Didática Integrada: Apropriação de tecnologias específicas no contexto da produção material.

Essa unidade didática integrada tem em vista a realização de atividades pedagógicas no contexto da produção material, para a apropriação pelo aluno das tecnologias específicas das linhas de produção. De acordo com a área profissional do curso, podem-se desenvolver: práticas em laboratório, visitas técnicas, palestras com profissionais especialistas nas tecnologias específicas, oficinas tecnológicas promovidas por representantes da produção material, entre outras iniciativas. Assim também, podem-se criar projetos de inovação tecnológica, que visem à otimização de processos produtivos, bem como criar programas de estágio profissional supervisionado. O trabalho de conclusão da unidade didática integrada pode ser apresentado em forma de relatório técnico-científico.

O desenho do currículo integrado proposto pela palestrante supõe que haja diálogo entre as quatro unidades didáticas integradas, para que não se configurem elas como unidades estanques e, assim, promovam níveis de integração entre saberes mais complexos, como forma de alcançar a compreensão global do conhecimento, a qual será garantida na região de intersecção denominada de integração global, na qual serão desenvolvidas atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, que pode ser apresentado na forma de relatório monográfico, com objetivos definidos de acordo com a área profissional do curso.

Por último, nas suas considerações finais, a palestrante destacou que, necessariamente, essa proposta de integração curricular para o ensino médio integrado tem que passar pelo debate no território do cotidiano escolar, incorporando novos entendimentos e proposições que contribuam com a construção de um currículo integrado, que vise à formação integral, que pode incluir a modalidade educação de jovens e adultos (PROEJA). Como contribuição, tais proposições não estariam concluídas: elas apenas vislumbram a (re)construção das concepções da política no campo recontextualizador oficial e, também, incitam o início de um processo participativo de (re)construção dos projetos educativos, curricular e didático para o ensino médio integrado.

A última palestra foi proferida por Bernardina Santos de Araújo Sousa, do IFPE, que destacou, dentro da estrutura de sua apresentação, temas como a abordagem sócio-histórica do currículo, sua gênese e desenvolvimento; a formação de professores e a construção da contraesfera pública, discutindo, também, alguns aspectos da Nova Sociologia do Currículo ou do Neomarxismo.

Segundo a palestrante, essa discussão sustenta-se teoricamente em pensadores do campo da Nova Sociologia do Currículo ou do Neomarxismo, tais como Henry Giroux e Peter McLaren, Antônio Flávio Moreira e Tomaz Tadeu da Silva. Tais concepções são ancoradas em dimensões sociopolíticas e epistemológicas, enfocando as relações de poder e controle tão presentes na organização do conhecimento escolar, distanciando-se de uma abordagem técnica, considerando o currículo como artefato social e cultural produtor de identidades individuais e coletivas.

Pensar o currículo a partir da sua gênese é, de acordo com a palestrante, entendê-lo como resultado da diversidade de interações humanas, algo pensado e gestado em meio a essas experiências que não são dadas aprioristicamente. A renovação nas concepções da sociedade tem exigido, ao longo da história, que a escola reformule sua pauta de discussão, a fim de cumprir a função de facilitar os processos e ajustes das gerações e as mudanças demandadas pelas transformações sociais, econômicas e culturais. Essa característica tem orientado e ressignificado a área de currículo como um importante campo de estudos na atualidade.

As concepções pedagógicas sustentadas em discursos que transitaram entre a tradicional, a escolanovista, a tecnicista e a progressista representavam importantes arranjos que contemplavam tendências sociais assumidas em determinados contextos históricos. Em muitos desses momentos, essas tendências tentavam adaptar a escola à

ordem capitalista. Configuradas de diferentes maneiras, essas concepções produziram diferentes respostas para atender aos interesses capitalistas.

O aumento das injustiças sociais e a intensificação das desigualdades forçaram importantes denúncias sobre o papel da escola, de modo que alguns estudiosos inconformados resolveram defender os interesses de grupos oprimidos. Assim, a Escola de Frankfurt, a Nova Sociologia da Educação, a Psicanálise, a Etnometodologia e a Fenomenologia produziram novas teorias que abriram um importante campo de reflexão e possibilidades para as discussões acerca do currículo.

No que tange à formação de professores e à construção da contraesfera pública, a palestrante salienta que, apesar de não assumir espaço relevante de debate na contemporaneidade, essa pauta de discussão deveria resgatar o sentido social para professores e estudantes e alimentar as discussões sobre a contraesfera pública democrática. A forma como a cultura curricular está posta atualmente, para a formação de professores, não define o fortalecimento do poder docente, colocando ênfase nas ideologias tecnocratas e corporativistas próprias das sociedades dominantes. São intelectuais que operam a serviço dos interesses do Estado. A formação de professores deverá estar voltada para a formação de intelectuais comprometidos com a soberania, com um projeto emancipatório de sociedade. Ou melhor, o projeto político pedagógico deverá elaborar esses discursos e trazê-los para a pauta da cultura escolar ou curricular.

Outro campo de discussão diz respeito aos avanços para além do estado da crítica. Nesse sentido, de acordo com a palestrante, Giroux e McLaren tecem uma crítica contundente aos pensadores de esquerda e outros educadores pela sua incapacidade de ultrapassar a linguagem da crítica. As tramas tecidas nas práticas curriculares representam quais interesses? Tais tramas articulam-se com quais propósitos? Afinal, apenas teorizar sobre as escolas e não para as escolas não gera a contraesfera necessária à pauta escolar.

A resistência e a contra-hegemonia representam importantes ações políticas que se distanciam no campo conceitual e na capacidade de articulação e abrangência política, dada pela segunda e desperdiçada pela primeira. Nessa perspectiva, a contra-hegemonia estará presente no projeto político-pedagógico, no plano de intenções, na pauta de discussão da instituição. Nesse sentido, falta à formação uma teoria social adequada que ofereça base para se repensar a dimensão política do trabalho do professor e do papel da formação.

A formação enfatiza fortemente as questões metodológicas, que se mantêm distanciadas das discussões em torno das relações de poder, da produção cultural e ideológica e de como essas relações têm produzido as experiências dos grupos de estudantes e professores. Os autores citados tecem grandes críticas à ausência da Teoria Social Crítica para ajudar os professores a formular compreensões acerca dos valores que os estudantes constroem sobre si mesmos e sobre a escola. Há uma falta de entendimento sobre as questões de classe, de gênero, de raça e de etnia presentes na prática pedagógica.

Há, atualmente, nos Estados Unidos, uma forte influência de teóricos e pesquisadores que conseguem trazer para a pauta de discussão e reflexão outra tomada de posição frente às questões aqui destacadas. A influência desse aspecto contemporâneo de pesquisa tem estimulado fortemente essa tomada de consciência por parte da formação.

O movimento dos pesquisadores pós-estruturalistas nos permite produzir novas interpretações das subjetividades construídas pelos estudantes e expressas através da linguagem, dos símbolos e dos gestos. Segundo Giroux e McLaren (2005, p. 137),

a voz do aluno é um desejo nascido da biografia pessoal e da história sedimentada; é a necessidade de construir-se e afirmar-se em uma linguagem capaz de reconstruir a vida privada e conferir-lhe um significado, assim como de legitimar e confirmar a própria existência no mundo. Logo, calar a voz de um aluno é destituí-lo de poder.

A formação radical deverá apontar para a apropriação teórica de entendimento que dê conta de um novo campo de interpretação dos significados e representações sociais contemporâneos. Quanto às práticas de regulação social e moral, deverão ser consolidadas na construção de um currículo que aponte para o entendimento da linguagem e da subjetividade – o discurso da vida cotidiana, a organização das escolas enquanto espaços de derrota do desalento e de viabilidade da esperança.

13.1 PROPOSTAS E AÇÕES

Tema: Proposta curricular – As diversas dimensões do currículo: reflexões para a construção do PPPI.

Questões norteadoras:

- Que concepção de currículo deve fundamentar a construção da identidade do IFPE?

- Que organização curricular pode assegurar uma identidade comum aos cursos do IFPE e, ao mesmo tempo, as especificidades dos níveis e modalidades de ensino?
- Como podemos articular as diversas propostas curriculares dos *campi* do IFPE?

O Eixo Temático VI foi desenvolvido pelas palestrantes Professora Bernardina Santos, Professora Edilene Guimarães e Professora Núbia Frutuoso, docentes do IFPE.

A primeira palestrante, Professora Maria Núbia Medeiros de Araújo Frutuoso, do IFPE, proferiu a palestra *“Reflexões sobre Currículo”*, discorrendo sobre currículo desde o seu significado etimológico, destacando ainda o conceito de currículo numa visão mais ampla.

Segundo ela, o currículo é entendido *“como um conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenção educativa”*. Na sequência, apresentou algumas abordagens de currículo na perspectiva das Políticas Educativas Nacionais, das Diretrizes Curriculares Nacionais, dos Planos Pedagógicos, dos conteúdos a serem ensinados e aprendidos, dos Processos de Avaliação e, finalmente, dos Livros Didáticos.

A palestrante apresentou a interdisciplinaridade como uma proposta filosófica mundial, capaz de romper barreiras, possibilitando a inovação e o trato dos novos conhecimentos. Isso porque a ação colaborativa que a interdisciplinaridade requer sugere a escolha de novos caminhos para a construção do conhecimento e da pesquisa, além da construção de novos cenários pedagógicos.

Conceitos como multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade, segundo a palestrante, supõem diferentes níveis de diálogo entre os saberes presentes na dinâmica social.

O ensino secundário privilegia o trabalho que é “princípio educativo”. A palestrante adotou a defesa de que a profissionalização deve ser reservada ao ensino superior.

Nesse sentido, a integração do ensino médio com o ensino técnico é compreendida como uma necessidade social e histórica e uma possibilidade concreta de efetivação da educação tecnológica para os trabalhadores e de formação integral, constituindo-se numa transição necessária rumo ao ensino médio politécnico.

O currículo integrado, segundo a Professora Edilene, vem sendo proposto como tentativa de contemplar uma compreensão global do conhecimento e de promover maiores parcelas de interdisciplinaridade na sua construção, contribuindo para a superação da fragmentação do ensino, tendo em vista a formação integral dos estudantes.

Nessa direção, nas afirmações da palestrante, importa que o currículo no ensino médio integrado contemple as diferentes dimensões para a formação integral, a saber: a formação do homem coletivo, a formação do homem-indivíduo, a formação do homem histórico e a formação do homem ecológico. Essas dimensões da formação são sustentadas nos princípios da solidariedade, ética, pluralidade cultural e sustentabilidade, que estão imbricados em complexas relações socioambientais, as quais promovem inter-relações entre trabalho, ciência, cultura e meio ambiente, objetivando o exercício de uma cidadania ativa, numa concepção de educação que visa ao desenvolvimento social e emocional do homem.

A palestra da Professora Bernardina Santos tratou dos seguintes aspectos: a) abordagem histórica sobre o currículo: sua gênese e desenvolvimento; b) a formação de professores e a construção da contraesfera pública.

Segundo a palestrante, pensar o currículo a partir da sua gênese é entendê-lo como resultado da diversidade de interações humanas, algo pensado e gestado em meio a essas experiências que não são dadas aprioristicamente.

Para ela, a renovação nas concepções da sociedade tem exigido, ao longo da história, que a escola reformule sua pauta de discussão, a fim de cumprir a função de facilitar os processos e ajustes das gerações, as transformações demandadas pelas transformações sociais, econômicas e culturais. Essa característica tem orientado e ressignificado a área de currículo como um importante campo de estudos na atualidade.

Apesar de não assumir espaço relevante de debate na contemporaneidade, consoante as afirmações da Professora Bernardina, essa pauta de discussão deveria resgatar o sentido do social para professores e estudantes e alimentar as discussões sobre a contraesfera pública democrática. Para ela, a forma como a cultura curricular para a formação de professores está posta atualmente não define o fortalecimento do poder docente, colocando ênfase nas ideologias tecnocratas e corporativistas próprias das sociedades dominantes. São intelectuais que operam a serviço dos interesses do Estado.

Sobre concepção de currículo, alguns caminhos foram apontados nos GTs. O primeiro refere-se à utilização do termo *concepções*, mais adequado ao modo como se pensa o currículo, e não apenas *concepção*, como foi utilizado na pergunta norteadora. O segundo sugere que, como se trata de concepção, o mais adequado é que a discussão se desenvolva em torno dos elementos que se espera sejam contemplados no currículo. Finalmente, recomenda-se que esses elementos sejam analisados por especialistas da

área, para o estabelecimento de relações entre os elementos pontuados e as perspectivas teóricas sobre currículo.

As propostas de concepção de currículo que fundamentarão a construção da identidade do IFPE referem-se:

- À promoção da educação profissional, tecnológica e científica em todos os seus níveis e modalidades;
- Ao atendimento ao princípio da indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão;
- À flexibilidade, no sentido de envolver ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis de ensino;
- À consolidação do compromisso da instituição com uma prática cidadã e inclusiva, com a formação integral do ser humano e com o desenvolvimento sustentável da sociedade;
- À garantia do estudo das questões ambientais, despertando a consciência na comunidade no sentido de se vivenciar uma cidadania ativa, voltada também ao desenvolvimento sustentável;
- À consideração da identidade histórica e contextual nos diversos *campi* dos cursos oferecidos, dos conhecimentos construídos e das comunidades nas quais os *campi* se inserem;
- À incorporação de algumas atividades relevantes que já são desenvolvidas de forma organizada e sistemática pelos estudantes nos *campi* ou junto à comunidade local, de natureza cultural, técnica ou científica, como, por exemplo, a banda musical ou o coral de vozes;
- À consideração das dimensões social, ética, laboral, econômica, cultural e ambiental na construção da identidade do IFPE;
- À valorização dos saberes vivenciais do indivíduo, das diversidades sociais, artísticas, culturais, étnicas, religiosas, de gênero, de condições físicas, emocionais e mentais, de necessidades educacionais especiais, privilegiando a dimensão humanística;
- À consideração do esporte, da cultura, do lazer e da arte como práticas eminentemente pedagógicas;
- À observância da importância da afetividade e da educação emocional, tendo como base a ética do cuidado e a cultura de paz;

- À perspectiva de currículo integrado para a promoção da formação integral do ser humano;
- À estruturação ou reestruturação dos planos de curso, com conteúdos significativos e privilegiando a realidade concreta;
- À contemplação da formação profissional com qualidade socioambiental, em sintonia com o mundo do trabalho, visando ao desenvolvimento sustentável a partir dos arranjos produtivos locais;
- À articulação entre teoria e prática;
- À garantia da contextualização, da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade;
- À utilização de múltiplas estratégias e linguagens que facilitem a aprendizagem;
- Ao respeito ao ritmo de aprendizagem de cada estudante;
- À avaliação processual, formativa e contínua.

Assim, na perspectiva do respeito ao ritmo de aprendizagem de cada estudante, uma das sugestões refere-se à criação de programas de apoio pedagógico para os discentes que apresentem dificuldade de aprendizagem ou necessidades educacionais especiais.

Além disso, surgiram indicações no sentido de que as propostas curriculares dos diversos *campi* considerem, na sua construção, o princípio da equivalência de conteúdos e cargas horárias dos componentes curriculares, respeitando as peculiaridades de cada *campus*, de modo a facilitar as transferências dos estudantes no âmbito do IFPE.

Finalmente, foi destacado o entendimento de que o currículo deve ser concebido de forma a buscar a materialização do compromisso com as questões da comunidade local e com a sua sustentabilidade, em consonância com a missão do IFPE.

Quanto à organização curricular que assegure uma identidade comum aos cursos do IFPE, foram apresentadas as seguintes propostas:

- Organização por eixos temáticos que tratem de questões contemporâneas (meio ambiente, direitos humanos etc.) comuns a todos os *campi* e cursos;
- Articulação entre os *campi* por eixo temático, como forma de assegurar a identidade dos cursos, respeitando cada localidade.

Nesse sentido, a articulação das diversas propostas curriculares dos *campi* do IFPE deve contemplar os seguintes aspectos:

- Intensificação do processo de articulação dos vários setores de ensino dos diversos *campi*;
- Importância da existência de uma orientação única e comum para a elaboração dos planos de curso;
- Elaboração, de forma coletiva, de documento norteador que dê embasamento às propostas curriculares;
- Definição de uma mesma orientação para os professores de todos os *campi* sobre práticas pedagógicas e relações humanas;
- Realização de ações pedagógicas *intercampi* sob a forma de encontros, seminários ou congressos específicos etc., de forma sistemática e periódica;
- Criação de uma pró-reitoria voltada para as ciências agrárias, que compreenda as particularidades da área, garantindo equidade nas tomadas de decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que este Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI se materializa como um instrumento resultante de um processo democrático. Os atores responsáveis pela sua construção tiveram por objetivo um documento que representasse a organização do pensar e do fazer pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE de maneira identitária, em que todos os sujeitos se reconhecessem.

No processo de construção do referido documento, vários desafios foram enfrentados, entre eles, o de articular as singularidades dos diversos *campi* que formam o IFPE com o que preconizam as políticas educacionais oficiais, considerando as especificidades locais e regionais.

Com vistas ao caráter colegiado e participativo da dinâmica do processo construtivo deste PPPI, várias foram as discussões, contribuições e encaminhamentos que constituíram a estrutura dos fóruns e conferências e, ao final do processo, legitimaram todo o documento que ora se apresenta.

As propostas e ações construídas coletivamente para este PPPI são extremamente importantes e necessárias à existência de um compromisso de todos a respeito dos princípios que vão orientar o trabalho educativo, considerando sua especificidade. Dessa forma, percebemos o Projeto Político Pedagógico Institucional como indispensável no processo educacional, pois, a partir dele, se ramificam as demais ações a serem desenvolvidas pela instituição.

Sendo assim, este documento nos orienta para as propostas e ações presentes nele com o objetivo de que seja avaliado periodicamente e desdobrado em projetos, levando-se em conta a missão e a função social do instituto. Portanto, o PPPI do IFPE constitui-se na construção contínua de um projeto de sociedade e de educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BEANE, J. A. **Integração curricular: a essência de uma escola democrática**. Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 2, p. 91-110, jul/dez. 2003. ISSN 1645-1384 (online). Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso: ago. 2006.

BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, dezembro de 1996. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/setec>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Documento Base**. MEC/SETEC. Brasília, fevereiro de 2006. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/setec>. Acesso: ago. 2006.

CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. **Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente**. In: CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. (Orgs.). **Ênfase e omissões no currículo**. Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CIAVATTA, M. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FLEURI, R. M. **Educação popular e saúde: perspectivas epistemológicas emergentes na formação de profissionais**. GT – 06: Educação Popular. 29ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu-MG, 2006. Educação, Cultura e Conhecimento: desafios e compromissos. Rio de Janeiro: ANPEd, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso: mai. 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIROUX, H. e MCLAREN, P. **Formação do professor como uma contra-esfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural**. In: MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005.

GRABOWSKI, G. **Desenvolvimento local e regional e ensino médio integrado à educação profissional**. In: BRASIL, Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino médio integrado à educação profissional: integrar para quê?** Brasília: MEC/SEB, 2006.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUIMARÃES, E. R. **Política de ensino médio e educação profissional: discursos pedagógicos e práticas curriculares**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro Educação. Recife, 2008.

LODI, L. H. **Ensino médio integrado: uma alternativa de educação inclusiva**. In: BRASIL, Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino médio integrado à educação profissional: integrar para quê?** Brasília: MEC/SEB, 2006.

LOPES, A. C. **Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos**. Revista Brasileira de Educação, n. 26, p. 109-118, mai. /jun. /jul. /ago. 2004. ISSN 1809-449X (online). Disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso: ago. 2006.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentação da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LÜCK, H. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teóricos-metodológicos**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, L. R. S. **Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa**. In: BRASIL, Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Médio integrado à educação profissional: integrar para quê?** Brasília: MEC/SEB, 2006.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

NOSELLA, P. **Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica**. Revista Brasileira de Educação, jan./ abr. 2007, v. 12, n. 34, p. 152-165. ANPEd/Secretaria Geral: Rio de Janeiro, 2007. ISSN 1413-2478.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

RAMOS, M. N. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Trad.: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, jan./ abr. 2007, v. 12, n. 34, p. 152-165. ANPEd/Secretaria-Geral: Rio de Janeiro, 2007. ISSN 1413-2478.

_____. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. **O trabalho com princípio educativo frente às novas tecnologias**. In: FERRETTI, C. João et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VEIGA, I. P. A (Org.). **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. 17 ed. Campinas: Papirus, 2004.

ZIBAS, D. M. L. **Refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1.067-1.086, Especial - out. 2005. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso: ago. 2006.